REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

DATA: 30/08/1996

PRESIDENTE (Mário Mantovani) - Boa tarde. Sejam benvindos a mais uma reunião do Comitê. Espero que consigamos dar ao Comitê a importância que ele tem. Não sei se os presentes estão acompanhando, ontem tivemos uma péssima notícia de Brasília, o nosso Projeto de lei de Recursos Hídricos, aquele que foi discutido, aprofundado, fizemos as audiências públicas, novamente entrou com processo ... Você tem acompanhado isso, Renato? Depois gostaria de colocar esse assunto para que todos fiquem a par, que aquilo que São Paulo conquistou pode estar sofrendo um retrocesso muito grande no Congresso Nacional. Acho que não podemos abrir mão disso, sob pena de complicar toda gestão de recursos hídricos no país.

O Gerôncio, nosso Secretário Executivo, mais uma vez quero agradecer pelo empenho muito grande com relação ao Comitê de Recursos Hídricos, tendo vista que o Presidente por ter assumido isso em caráter precário, dado às atividades que temos, complicou muito. Então o Secretário hoje faz quase que as vezes do Presidente, ele é a nossa mola propulsora, antes de tudo queria fazer este agradecimento especial ao Gerôncio e aqueles também que participam, temos recebido muitas informações de prefeituras que nos ligaram dizendo que vão participar, que estão mandando contribuição, o que mostra um pouco da evolução dessa discussão que achamos que é muito mais importante do que pensa a sociedade, do que pensa esse ou aquele setor.

GERÔNCIO ROCHA - Boa tarde a todos. Pela nossa Ordem do Dia, o primeiro ponto é "Abertura de verificação de presença". Até o momento temos 23 membros do Comitê presentes. Falta um membro para dar quórum necessário a qualquer deliberação. A sugestão da Mesa é que continuemos a seqüência da reunião na mesma ordem que os assuntos estão discriminados. O item 4, que temos que deliberar, se no momento de deliberação ainda não houver quórum, coloca-se o assunto mais para a frente, para que no momento oportuno se possa deliberar.

PRESIDENTE - Temos que fazer que destas reuniões realmente saiam coisas positivas. Temos assuntos já pendentes há muito tempo, que já deveríamos ter deliberado.

GERÔNCIO ROCHA - A informação é de que o Superintendente do DAEE e o Secretário de Recursos Hídricos tiveram uma emergência e devem chegar daqui a pouco.

O segundo ponto da Ordem do Dia é "Leitura e aprovação da ata da reunião anterior". Essa ata foi distribuída por ocasião da convocação, há um mês, prazo regimental. Está em discussão para qualquer comentário ou alteração, em seguida submeteremos a aprovação.

PRESIDENTE - Alguém tem alguma questão com relação à ata? (Pausa.) Aprovado.

GERÔNCIO ROCHA - O terceiro ponto são comunicados da Secretaria, que os senhores receberam também agora nessa pasta que foi fornecida.

O primeiro comunicado trata-se do Boletim Informativo que a Secretaria está editando, já saíram dois números: o número zero, experimental, referente a

junho e julho, e agora saiu o nr. 1, referente a agosto e setembro. Imagino que todos tenham recebido. Solicitamos que as entidades e todos os interessados que tiverem notícias ou contribuições, enviem à Secretaria Executiva, para que façamos a publicação.

O segundo comunicado é que a Secretaria Executiva do Comitê está recebendo esta semana recursos do FEHIDRO, destinados a custeio; o Decreto-lei e o manual prevêem até 10% de recursos financeiros destinados às atividades da Secretaria Executiva. O FEHIDRO destinou aos comitês bacia, na proporção em que houve o rateio também dos recursos financeiros para o Comitê do Alto Tietê a quantia de 69.600 reais, referente a 96. É uma conta vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos, com o CGC da Secretaria de Recursos Hídricos, seguindo todos os procedimentos usuais do serviço público para gastos em despesas de custeio. Prevemos, além das despesas normais de material de consumo, garantia e periodicidade do Boletim Informativo, realizar alguns eventos, e principalmente a elaboração de relatório do situação de recursos hídricos 95 e 96, que está atrasado.

O primeiro dos eventos previstos para os próximos meses é um seminário geral sobre a cobrança pelo uso da água, que vai ser apresentado aqui, está na nossa Ordem do Dia, mas além disso deve ser feito um seminário geral para toda a região. Está previsto inicialmente para o dia 10 de setembro próximo, mas esta data ainda não está confirmada. Está sendo promovido pelo DAEE, deve ser na Cidade Universitária. Logo que tenhamos a data, confirmaremos.

Por iniciativa da Secretaria Executiva do Comitê, realizaremos um pequeno “workshop” sobre indicadores de situação de recursos hídricos na bacia, como subsídio a um relatório de situação de recursos hídricos. O relatório de situação de recursos hídricos, que por lei deve fazer uma avaliação da situação ano a ano, seria necessário ter alguns parâmetros indicadores que pudessem controlar essa evolução da situação de recursos hídricos em quantidade e qualidade, a cada ano. Isso ainda não está consolidado, mas há interesse nisso para ... situação do Alto Tietê.

PRESIDENTE - Se o pessoal quiser se manifestar com relação a isso, acho importante. Eu estive conversando com o nosso Secretário Executivo, essa questão dos indicadores é muito importante porque a partir desses indicadores, vamos poder ver houve evolução na qualificação de recursos, mas já temos que preparar aqui, e aí alerto a todos os presentes que estamos ao mesmo tempo com esta pauta, aprovando esses pontos que são básicos para a evolução do nosso trabalho, já pensando nos sub-comitês. Já estamos preparando seminário para a Billings, já estamos preparando alguma coisa com relação à Guarapiranga, temos que negociar porque a sociedade civil não concorda com a forma da negociação do sub-comitê da Bacia do Guarapiranga, e já alguns outros, como da Região Norte, do sistema Cantareira, ou mesmo do Alto Tietê, já começamos a pensar quais esses indicadores que viriam para cada uma dessas bacias, e que quando começasse o processo de implantação de sub-bacias, já tivéssemos esses indicadores. Se puderem antecipar, passar esses critérios, se puderem antecipar com proposta já para atuação com relação ao relatório de situação, é importante. E aqui no relatório de situação, eu vejo o representante da Prefeitura, que me ajudou eleger, o que acontece? A Prefeitura de São Paulo já tem um projeto, esse pessoal já poderia estar antecipando isso, porque os indicadores previstos no de
dois de qualidade, já passariam para o relatório de situação. Temos o Cabuçu, já incorpora as questões do Cabuçu, para o relatório de situação. Inclusive do próprio projeto Tietê e Guarapiranga, que são os dois projetos que estão de novo retomando as suas obras, retomando o seu ritmo. É urgente que já preparemos. Queria ver se

deixava a Presidência aqui do nosso Comitê com o relatório de situação pelo menos rascunhado, para que cada um de nós pudéssemos colocar as nossas expectativas, e esse relatório saísse este ano, nem que fosse em caráter precário.

GERÔNCIO ROCHA - Pretendemos marcar esse “workshop” até o final do mês de setembro.

O terceiro evento previsto é um ciclo de debates na região do Grande ABC, sobre a recuperação da Represa Billings. Estamos mantendo entendimentos com o Consórcio do Grande ABC e a sociedade civil da região vai realizar isso em novembro, devido ao período eleitoral, que dificulta a realização de eventos desse tipo.

O quarto informe é de natureza geral. Em todo o Estado já estão implantados os 17 comitês de bacia. Agora em setembro deve-se construir mais dois, ficando assim todo o Estado recoberto por comitês de bacia. Só resta definir com referência à bacia do Litoral Norte, que há uma dúvida se ela se agrega ao comitê do Paraíba ou se mantém como comitê individualizado, à parte. Resolvendo isso, praticamente todo o Estado já tem os seus colegiados ...

Eram estes os comunicados da Secretaria.

PRESIDENTE - Constatamos quórum.

Temos como titulares estaduais: Renato ..., pela Secretaria de Meio-Ambiente, Ailton Carvalho, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Luís Henrique pela Secretaria de Economia e Planejamento, Maria Julita, pela Secretaria de Energia e Planejamento, Sérgio, da Secretaria de Saúde, representando o Mário César, pela CETESB tem o Péres, Nilson pela SABESP, pela EMPLASA Valdemar, pela Eletropaulo ..., pelo IPT o José Luís, e o Gerôncio aqui como Secretaria.

Pela sociedade civil temos: o Darcy, que vai ganhar uma medalha por não faltar a nenhuma reunião, do Instituto de Engenharia, o Marco Aurélio Galdino, pelo Sindicato dos Pescadores, o Helder, pelo Grupo Ecológico Nascente do Tietê, o Virgílio, pelo Movimento em Defesa do ABC, o Luís Márcio, pela Sociedade de Amigos ... , Adail Carvalho, Mário Mantovani, este que vos fala, e o ... , pela FIESP.

Temos também, pelas Prefeituras: representando a Prefeitura de São Paulo, estão em dois, ... , pela Prefeitura de Mogi, João Cláudio, Pela Prefeitura de Embu, Ari .., pela Prefeitura de Embu Guaçu, Dacoto, pela Prefeitura de Diadema, Carlos Henrique, pela Prefeitura Municipal de Santo André, Ailton Antonio, pela Prefeitura de São Bernardo do Campo, José Luís, e pela Prefeitura de Itapecerica, Manoel.

Assuntos a deliberar:

1. Proposta de critérios para aplicação dos recursos financeiros do Feídro.

O Gerôncio deve estar mostrando para vocês transparências que ele preparou. Nessa pasta também tem alguma coisa sobre o FEHIDRO. Acho que já é possível fazermos uma discussão. Pediria ao Gerôncio que apresentasse esse trabalho, para que pudéssemos discutir em cima dele.

GERÔNCIO ROCHA - (Transparência) Aqui estão os recursos financeiros do FEHIDRO disponíveis para financiamentos no valor de 1 milhão, 860 mil reais aproximadamente.

Critérios de utilização:

Há três modalidades: financiamento para projetos, serviços e obras, com contrapartida de até 20% pelo tomador, com juros de 2,5% a.a. quando entidade de direito público, e de 6% a.a. quando entidade de direito privado.

Até 20% também, diz a Legislação, podem ser obtidos empréstimos sem retorno. E até 10% com despesas de custeio.

Essas são as normas legais que regem o FEHIDRO.

Esses recursos existentes teriam que ser destinados segundo essas modalidades de financiamento.

Quem pode se utilizar? Os tomadores podem ser pessoas jurídicas de direito público, concecionárias na área de recursos hídricos, saneamento, pessoas jurídicas de direito privado, usuários da água e consórcios intermunicipais.

Procedimentos iniciais: aprovação de critérios gerais pelo Comitê, que é isso que está se submetendo aqui hoje para apreciação.

Os tomadores e os interessados enviam propostas de projeto à Secretaria Executiva, inicialmente numa ficha que os senhores receberam. Essas propostas seriam sistematizadas pela Secretaria Executiva, que seria o montante de recursos e o enquadramento nos programas do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e devolvido ao Comitê para numa próxima reunião plenária aprovar as propostas que foram submetidas à Secretaria Executiva. Uma vez aprovado pelo Comitê, se enquadraria em conjunto com esses projetos a serem financiados para o COFEHIDRO, seguindo na tramitação do COFEHIDRO, que aí vai exigir do tomador uma série de documentos e de procedimentos, que seria uma segunda etapa de tramitação.

Hoje elaboramos alguns critérios gerais a serem aprovados pelo Comitê, orientadores, para que os eventuais tomadores interessados em desenvolver algum projeto, possam se enquadrar nesses critérios gerais.

Esse valor disponível em relação a qualquer parâmetro é irrisório. Os próprios financiamentos existentes do Governo do Estado, que devem ser da ordem de um bilhão ou mais de reais, teria que ser usado realmente com critério de prioridade que fosse bem investido.

Estes são os programas do Plano Estadual, todos conhecem, são esses 12 colocados aqui de forma resumida, só os títulos, mas os senhores receberam na pasta os 12 discriminados por sub-programas. Desses 12 estamos propondo na minuta de resolução selecionar cinco desses programas como prioritários.

Essa transcrição da minuta que os senhores receberam, o Artigo 1. trata exatamente disso. Os projetos têm que ser enquadrados nos programas de duração continuada, e dentre esses 12 programas do plano estamos indicando o

primeiro: Planejamento e gerenciamento de recursos hídricos; serviços e obras de recuperação da qualidade de água, saneamento básico. Na folha discriminada na pasta vocês podem ter idéia melhor do conteúdo de cada um.

O quinto é proteção de mananciais e abastecimento público. Programa 8, prevenção e defesa contra inundações, e 10, desenvolvimento de municípios afetados por lei de proteção de mananciais.

São os cinco de maior incidência e relevância da nossa bacia.

Isso seria um critério, mas não excludente, ou seja, o que a proposta de resolução diz é dar preferência a um desses cinco programas, a esses cinco programas, o que não significa que qualquer outro dos 12 programas esteja excluído. É apenas um critério de indicativo.

DARCY - Inaudível. Fala sem microfone.

GERÔNCIO ROCHA - O que o Eng. Darcy, do Instituto de Engenharia, está falando, é o seguinte: no programa de saneamento básico, recuperação de qualidade, há um volume grande de investimentos na região, investimento principalmente do Governo do Estado. E outros não têm investimento nenhum, praticamente. Isso é real. Mas nós incluímos também esse programa pelo seguinte, os investimentos estão concentrados em São Paulo e arredores e em alguns municípios da região não são cobertos por esses grandes financiamentos. Então é possível que tenha algum pequeno projeto relevante num município também pequeno nessa área de tratamento de esgoto, saneamento ambiental, etc. Por isso nós incluímos.

O segundo critério, dá preferência a projetos que proporcionem certo alcance de benefício na sub-bacia, para dizer que não se limita esse benefício ao município abrangido.

O terceiro critério dentro desses cinco programas era beneficiar ações já iniciadas, projetos ou obras. Há situações em que existem obras em andamento, que falta pouco para se concluir, e que por um motivo ou outro a Prefeitura ou o órgão público não tem recurso para concluir. Então isso poderia ser um critério, obras em andamento, ou em fase quase final, aí um recurso que não seria grande, seria para complemento da obra, poderia ser beneficiado com esse recurso.

O Artigo 2. Diz respeito a obtenção de recursos a fundo perdido. Neste caso os critérios estão sendo colocados, embora genéricos, projetos que promovam a educação ambiental em recursos hídricos. Proporcionam racionalização do uso e economia de água. Promove o saneamento ambiental com a participação da comunidade. E fomento no uso de recursos hídricos para o lazer. Apesar da generalidade, a intenção é que já que pela lei esses recursos a fundo perdido não podem ultrapassar 20% do total, embora vão ser muito reduzidos, então que eles fossem aplicados em projetos exemplares, de uma ação qualquer na área de saneamento ambiental.

Alguém fala - A forma como está colocado, me dá a impressão que eles vão ser destinados nessa ordem que foi colocado aqui. Eu tinha entendido assim, que os recursos vão ser destinados, primeiro, planejamento ... É só uma questão de acerto de redação para que isso fique claro.

GERÔNCIO ROCHA - Quando são citados esses programas, é porque no Plano Estadual eles já têm essa seqüência. Essa não é uma seqüência de prioridade.

No Artigo 3., os órgãos e entidades, aquilo que eu falei, os órgãos interessados em obter financiamento preenchem aquela ficha de pedido de enquadramento, enviam à Secretaria Executiva, que faz a sistematização de todos os pedidos e traz ao plenário do Comitê para apreciação e deliberação, ou seja, a Secretaria Executiva faz unicamente o trabalho de sistematização.

VIRGÍLIO - Eu estou entendendo que esses projetos importantes, se não forem acompanhados de proposta ... Seria interessante que todo esse projeto fosse acompanhado de ... ambiental.

GERÔNCIO ROCHA - Na fase de discussão o plenário pode opinar. Mas neste Artigo 2, esses projetos a fundo perdido, a formulação é toda com essa preocupação, educação ambiental, racionalização do uso da água.

Por fim, esses 1 milhão, 860 mil reais, seria repartido eqüitativamente nas cinco sub-regiões em que o Comitê está dividido. É uma questão só orientativa para o COFEHIDRO. Com isso se dá uma diretriz geral para qualquer interessado, prefeitura, serviço de água, consórcio municipal ou mesmo entidade de direito privado, como prevê a lei, possam formular e apresentar os seus projetos para obtenção de financiamento, ou mesmo para utilização de recursos a fundo perdido. A informação do COFEHIDRO é que esse recurso está disponível, é só seguir a tramitação normal prevista para os projetos. Temos que colocar isso em discussão.

DOVÍLIO FERRARI FILHO - Eu estou representando Santo André. Semana passada tivemos uma reunião com o consórcio do Grande ABC e chegamos a algumas conclusões. Inclusive nesse prospecto, no Artigo 2., a inserção de mais um item, ou seja, a preservação dos recursos hídricos terão prioridade para ... (É lido rapidamente) ... recursos financeiros a fundo perdido os órgãos e entidades cujos projetos - aí caberia a inserção de um item 5., preservação dos recursos hídricos em desenvolvimento. Mais um tópico seria com relação à própria minuta, o consórcio intermunicipal chegou à conclusão de não aprovar por falta de elementos para análise do julgamento. Nós não tínhamos em mãos as cópias do Plano Estadual de Recursos Hídricos do quadriênio 96/99. Como para nós não chegou a tempo, não tínhamos elementos para fazer essa análise. A própria região solicita à Secretaria Executiva do Comitê que a cada apresentação providencie o envio em tempo hábil dos projetos, planos e propostas para que os membros possam ter conhecimento prévio da matéria.

GERÔNCIO ROCHA - Uma proposta de adendo, mais uma intervenção que diz não poder fazer aprovação por falta de conhecimento do Plano 96/99. Queria esclarecer que esses 12 programas já estão no Plano de 95, que é lei Estadual, são permanentes no sistema. Então eles, com a discriminação em sub-programas, como vocês receberam aqui na pasta, eles são publicados há bastante tempo. Então o Plano 96/99 não inova, não tem nenhum programa ou sub-programa diferente desses, então uma coisa não se relaciona diretamente com a outra. Talvez vocês não tenham tido em mãos o de 95, muito menos o de 96/99, que ainda está na Assembléia Legislativa para aprovação. Queria esclarecer que isso não seria um impeditivo para avaliação dessa proposta.

LUÍS PAULO PERES (CETESB) - Esses critérios gerais, acho que deve haver uma câmara técnica que depois vai restringir. Por exemplo, ... como a

câmara técnica depois vai escolher ou selecionar o pleito? Acho que vai ter dificuldade. ... ou colocar numa seqüência mais lógica ou mais interessante.

GERÔNCIO ROCHA - Na exposição eu deixei claro que esses seriam os procedimentos iniciais para que os interessados pudessem formular os seus projetos. Na avaliação de projetos, pelo próprio manual do COFEHIDRO, existem as entidades que vão fazendo o acompanhamento técnico de avaliar cada projeto apresentado. Essas entidades básicas são o DAEE na parte de quantidade, e a CETESB na parte de qualidade. Então qualquer projeto que for apresentado, esgoto, combate a erosão, qualquer um deles, tecnicamente eles vão ser acompanhados por esses órgãos do sistema do COFEHIDRO. Esses critérios que estão sendo colocados aqui são critérios gerais para efeito de orientar as pessoas a solicitarem financiamento, formularem os seus projetos.

LUÍS PAULO PERES - Acho que vai ficar difícil para o próprio órgão selecionar, coordenar, se não houver critério.

GERÔNCIO ROCHA - Está em aberto. (Silêncio.) Alguém mais quer se manifestar sobre essa proposta de deliberação?

DARCY (Fala do próprio lugar, sem microfone) - ... circulou uma proposta, uma fundação ... sistema de controle de precipitação de cheias, etc.

GERÔNCIO ROCHA - Qualquer proposta dentro do que for aprovado aqui, tem que voltar a ser submetida segundo as normas do FEHIDRO. Tem que preencher esse formulário ... O que nós estaremos aprovando aqui pelo Comitê seriam esses critérios gerais ... para os interessados formularem os seus projetos. Nada mais do que isso.

Podemos colocar em votação, em deliberação? Proposta de inclusão feita pelo representante do Consórcio, do Inciso 5. do Artigo 2, com a redação “preservação de recursos hídricos”. Podemos encaminhar com a inclusão desse Inciso, ou há alguma dúvida sobre a sua inclusão? (Silêncio.) Podemos encaminhar com a inclusão feita pelo representante de Santo André, do Consórcio? (Silêncio.)

Está em votação. Quem se manifestar contrariamente, queira levantar a mão ou se manifestar. Quem se abstiver, também, queira levantar a mão ou se manifestar. (Pausa.) Estão aprovados os “critérios gerais” propostos.

A seqüência sobre isso, seria interessante que fixássemos um prazo para que os interessados apresentassem os seus projetos. Já estamos praticamente em setembro; deve-se fazer uma reunião do Comitê em novembro, mais uma reunião ordinária. Inclusive em novembro teremos na pauta questão do plano de contingência de enchentes, e outras questões como cobrança pelo uso da água, que está em discussão, e outros assuntos de importância. Se houvesse projetos, pedidos de financiamento feitos pelos vários interessados e a Secretaria antes disso pudesse já ter um quadro deles para apresentar ao plenário em novembro, já poderiam ser aprovados os projetos pelo Comitê, para ter curso normal ..., que é um processo, do ponto de vista técnico, mais demorado. As entidades que propõem o projeto vão ter que depois desenvolver o projeto executivo daquela sua proposta, segundo os trâmites normais. Se se deixar tudo isso para o ano que vem, estaríamos perdendo tempo em termos de utilização desse recurso disponível. Eu queria colocar à consideração dos senhores, se poderíamos fixar um prazo para apresentação de projetos este ano, em tempo hábil para que o Comitê pudesse deliberar em novembro

e em dezembro sobre esses projetos apresentados. Se dermos um mês, 40 dias, definir aqui com recomendação para que os interessados apresentem projetos, daria tempo de a Secretaria Executiva sistematizá-los e trazê-los a uma nova reunião do Comitê para deliberar sobre a aprovação desses projetos propostos pelas entidades, porque se deixar só a recomendação aprovada, tal como está, e ficar indefinidamente esperando que o interessado mande o projeto, significa que podemos só ter projetos o ano que vem. Na prática pode significar isso. É mais uma consulta que a Mesa faz: deixamos a proposta tal como foi aprovada, e cada interessado apresenta quando desejar o seu projeto, ou: se houver recomendação desse prazo determinado, 30 ou 40 dias, daria ainda para apreciar alguns projetos este ano, de interesse dos municípios.

LUÍS PAULO PERES - ... sobre o valor para cada item? Vai ficar tudo em aberto?

GERÔNCIO ROCHA - Nós não detalhamos limites para cada programa. Deixamos em aberto, com liberdade para os proponentes fazerem os seus projetos. Digamos, se há vários projetos na área do PDC-3, que é tratamento de esgotos, esses projetos vão somar valor e extrapolam esse disponível, vai ser um critério do Comitê estabelecer alguma prioridade para esses projetos apresentados. Portanto com antecipação não adianta fixarmos isso, desconhecendo que tipo de projetos vão ser apresentados pelos interessados. Seria preferível deixar os programas em aberto com indicação dessa ordem de preferência, e dar liberdade para os interessados formularem os seus projetos. Podemos marcar um prazo, digamos, de 40 dias para que os interessados apresentem projetos segundo essa ficha de enquadramento, evidentemente caracterizando que tipo de projeto é.

PRESIDENTE - Acho mais do que razoável, até porque todos já sabiam que esses recursos estariam disponíveis para o projeto. Quanto mais demorarmos, menos fazemos uso disso que está disponível para nós. Vai depender da nossa capacidade, eu tenho falado muito com o Gerôncio que temos que queimar etapas. Não dá mais para: vamos ver, vamos esperar, não sei se vou ficar, vou sair da prefeitura. Acho que já valeria a pena encaminhar, porque bons projetos podem ser retomados a qualquer momento. O que nós estamos pedindo, principalmente o pessoal da sociedade civil, poderíamos fazer parcerias; estamos aí agora com ... nascente do Rio Tietê, nós SOS Mata Atlântica vamos fazer parceria com o DAEE, com o Grupo Ecológico da cidade, e até mesmo com o Conselho Municipal deMeio-Ambiente da cidade. Fizemos uma parceria com o projeto ... com Itu, ou seja, se sentirmos que a situação política está complicada, façam parceria. O que não pode é parar, esperar para deliberar e deixar para um momento mais favorável, porque não vamos ter esse momento mais favorável. O que está valendo nesse momento é antecipar as propostas e entregar logo os projetos. Tem várias experiências interessantes feitas pelo Fundo Nacional de Meio-Ambiente, que participamos, com consultores que fazem primeiro avaliação dos projetos, ele anda com algumas recomendações, corrige, acompanha, mas isso é uma etapa depois. No momento o que interessa para o Comitê é projeto entrando, e aí, desse universo, vamos definir qual a melhor forma de encaminhamento.

GERÔNCIO ROCHA - Acho que sem prejuízo do que foi aprovado, o Virgílio lembrou durante a discussão ..., Colocamos em votação, me pareceu um ponto pacífico. Santo André pediu para acrescentar um inciso sobre preservação de recursos hídricos, que foi acrescentado. E o Virgílio tinha dito que todos os projetos deveriam ter uma preocupação com a educação ambiental em todo e qualquer

projeto. Não sei se precisa reconsiderar, porque isso foi esquecido por mim na hora de colocar em votação. Todos concordam? (Pausa.) Aprovado.

A segunda questão para deliberação, recomendação Executivo Estadual sobre o Plano de Contingência para o próximo período chuvoso. Os senhores também receberam o texto sobre isso.

"O Comitê da Bacia do Alto Tietê, acolhendo proposta da Câmara Técnica de Controle de Inundações, em sua reunião de 19 de julho de 1996, aprova a seguinte Moção ao Sr. Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras:

Considerando:

a) a proximidade da estação chuvosa e a conseqüente necessidade de dotar a Administração Pública de um plano de contingência frente às inundações;

b) a situação precária do Sistema de Alerta, no que tange à manutenção e operação da Rede Telemétrica e do Radar Meteorológico,

Recomenda:

- que sejam tomadas as providências cabíveis de modo a garantir condições adequadas de manutenção e operação do Sistema de Alerta;

- que seja elaborado, sob a coordenação do CEDEC, o Plano de Contingência frente às inundações, submetendo-o à apreciação do Comitê até o próximo mês de novembro."

Essas recomendações são de uma reunião da Câmara Técnica do dia 19 que viesse aqui a plenário do Comitê com uma proposta de Moção ... no Executivo. Então na verdade uma Moção que seria do Comitê, se aprovado aqui, ao Executivo Estadual.

DARCY - Gostaria de fazer uma observação. Tenho freqüentado a Câmara Técnica de cheias, como suplente, mas infelizmente nessa última reunião não fui avisado. Volto a insistir que as Câmaras Técnicas, sejam convidados não só os titulares, mas também os suplentes, para evitar esse problema de não sabermos da reunião. Pela última ata eu fiquei devendo algumas sugestões com respeito a essa parte de cheias, que eu trouxe aqui. Creio que nessa Moção de Plano de Contingência nós devemos acrescentar também, reforçando a necessidade de um plano de macro-drenagem, porque está acontecendo o seguinte, o Plano de Contingência já ouvimos falar há 15 anos, vão sendo empurrado com a barriga e não cumprido. Nós temos colegas aqui que participaram e podem ser testemunhas disso. Uma das coisas que eu noto também e onde tem havido uma série de problemas, na área de Pinheiros tem havido uma série de problemas não só nos "upgrades" como muito próximo ao Pinheiros. Aquela região junto do córrego do Cordeiro, Água Espraiada, todo ano tem enchente ali e sabemos o que é: há uma deficiência de escoamento muito grande. E no próprio Pinheiros pode haver um risco de cheia. O projeto previsto até hoje é 25 anos de recorrência, que é um período relativamente baixo. A primeira pergunta é a seguinte: esse é um projeto complexo, não dá para entrar no Plano de Contingência. Mas pode virar uma contingência muito grave para a cidade um programa naquela região, e esses estudos estão sendo postergados. ... era para contemplar isso e não contemplou, como nós sabemos. A minha pergunta é: aonde vamos colocar esses assuntos? Vamos esperar se tornar uma emergência, para depois entrar no Plano de Contingência? Qual seria o procedimento certo? É uma observação que

faço. Nas reuniões anteriores da outra Secretaria Executiva, da outra Presidência, eu enviei várias cartas ao Jorge Simão e esse assunto, por falta de tempo, por falta de recursos, não foi ...

PRESIDENTE - Alguém quer comentar alguma coisa em cima do que falou o nosso representante do Instituto de Engenharia? (Pausa.) Eu só queria saber uma coisa, Darcy: você colocou uma recomendação a mais aqui no terceiro ponto. Eu colocaria então "recomenda que seja incluído o Plano de Macro Drenagem na proposta de Controle de Inundações". Colocar assim: "Que seja incorporado o Plano de Macro Drenagem no Controle de Inundações". Aí seria uma vanço realmente, já que agora a macro drenagem o Secretário não pensa em outra coisa. Então vamos aproveitar que ele está animado com isso, quem sabe a gente dá um tiro e derruba dois bichos. Não sei se você concordaria.

DARCY - Concordo.

PRESIDENTE - Estou achando o pessoal tão quieto, o que acontece? Vocês não estão acreditando nisso aqui? Renato, você tem obrigação de falar sobre isso.

RENATO - Em primeiro lugar, a despeito de eu não ter participado da última reunião, ... discussões que tinham sido paralizadas. Há uma postura de retomada e deliberação sobre essas questões, então há discussões de fundo mais amplas. Como eu entendo essa Moção que foi aprovada na reunião é no sentido de agilizar algo para já, porque essa questão de controle de inundações era para ter sido encaminhada já no período chuvoso anterior, não foi por vários problemas, e nesse deve ir, de alguma forma deve acontecer. Eu queria agregar só um tipo de informação: a questão do Plano de Contingência, que ficou claro o Plano de Contingência anterior inclusive, é a não inclusão dos demais municípios. São Paulo, a grosso modo, paga, tem grana, se insere num processo de vigilância e de contingência. Claro, devem ser feitas as avaliações em relação à efetividade desse movimento. Contudo, em relação a recursos por parte do Estado, há todos os demais municípios que não se inserem no sistema. Esse sim, caberia uma moção ao Executivo Estadual para um empurrão nesse sentido para integrar os demais municípios na estrutura de defesa civil.

PRESIDENTE - Quem viu o Prefeito de Barueri falando aquele dia no Palácio do Governo, viu o desastre que foi aquela região, Santana, ... para o lado de Guarulhos. Os outros teriam que ser inseridos. Muito bem lembrado.

RENATO - Com relação ao Plano de Macro Drenagem, parece que houve encaminhamento da Câmara Técnica de que o termo de referência desse Plano deve ser urgentemente discutido no âmbito da Câmara Técnica, e por conseguinte do Comitê, porque o receio é justamente receber um tijolão que ninguém encomendou, que é o caso de inúmeros planos que temos aqui. Eu chamaria atenção para esse cuidado de um plano previamente negociado em termo de referência com o Comitê. Não é qualquer plano de macro drenagem.

DARCY - É importante constar o Plano de Macro Drenagem.

PRESIDENTE - Alguém discorda do que foi colocado pelos três? A inclusão da questão dos municípios, pelo Renato e pelo Darcy, e a inclusão do Plano de Macro Drenagem com recomendação? OK.

Eu só queria lembrar o seguinte, até gostaria que constasse em ata: este é um ano eleitoral, queremos alertar a nossa Secretaria de Meio-Ambiente que está aqui presente, que o caso da ... este ano vai estar comprometido. Nós vamos ter já anunciado, no Alto Tietê, dentro da margem do Rio Tietê, as invasões. Tem duas mil invasões previstas aqui para a região do Parque da Zona Leste. Estou muito preocupado com isso porque vai chegar inundação agora em novembro, dezembro, nós vamos ver de novo aquele pessoal dentro da água, vamos ter de novo aquela preocupação da Vila Pantanal, da Vila Nova União, então é importantíssimo também já como recomendação aqui do Comitê, não sei se posso falar por todos, mas acho que como sociedade civil pedir urgência para o encaminhamento do Plano da APA do Tietê, que isso pudesse vir para o Comitê. Vai ter um grave problema com relação às enchentes este ano, vamos ter toda aquela pressão. É um ano eleitoral, as invasões estão anunciadas, e nós sabemos o lugar onde vão acontecer essas invasões. Então é muito importante tomarmos providência.

GERÔNCIO ROCHA - Essa questão da Moção então fica para ser reformulada, depois ela volta a plenário.

O item seguinte, temos três temas para informação e discussão.

Primeiro, apresentação da minuta do ante-Projeto de lei sobre a cobrança.

Segundo, apresentação do relatório do informe sobre a revisão da Lei de Proteção.

O terceiro deve ser apresentado pelo Secretário de Recursos Hídricos, apresentação do Projeto Billings. Os colegas da Secretaria de Meio-Ambiente que estão encarregados desse segundo tema pediram para dar um informe porque eles estão sendo chamados para uma reunião de emergência na própria Secretaria e estão com o tempo muito limitado. Então eu pediria ao Consórcio, que seria o primeiro a se apresentar, fazermos essa inversão e dar a palavra à Secretaria de Meio-Ambiente para falar sobre revisão da Lei de Proteção dos Mananciais. Tudo bem? OK.

PRESIDENTE - Só quero informar que temos aqui o Everaldo, representando o Sindicato dos Metalúricos do ABC, o Ricardo, da ANPOC, Fernando, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, um dos representantes também da Prefeitura de Vargem Grande Paulista, que é do Comitê de Sorocaba mas que também está ... Lei de Proteção de Mananciais por São Paulo, um pé lá e um pé cá.

TRANI - Secretaria do Meio-Ambiente - Há dois grupos ..., um no CONSEMA, existe uma sub-comissão no CONSEMA que vem discutindo a regulamentação da APA da Bacia do Tietê, houve uma reunião ainda ontem. Esse encaminhamento que o Mário pediu em relação a urgência, vem sendo feito e devemos anunciar medidas de curto prazo. Ao mesmo tempo tem um grupo junto ao gabinete do Governador que está justamente estudando alternativas para a questão da Vila Pantanal.

LÚCIA DE SENA - Secretaria do Meio Ambiente - Nós estivemos aqui há mais ou menos quatro meses falando alguma coisa sobre a revisão da legislação de proteção dos mananciais. Acredito que algumas pessoas que estão aqui participaram das reuniões da Câmara Técnica, que inclusive não tem se reunido com muita freqüência ultimamente. Vou tentar fazer um relato mais ou menos rápido dos trabalhos que temos feito nos últimos quatro meses. Como é de conhecimento dos

senhores, devíamos ter entregue ao Governador um relatório final em fins de julho. Estivemos trabalhando efetivamente numa minuta para conseguir uma lei que fosse mais ou menos consensada para fechar o trabalho para a Comissão, e a partir daí levar para uma discussão pública Achamos que precisaríamos realmente ter um encaminhamento para poder trazer isso à discussão.

Com relação à Câmara Técnica, fizemos uma discussão, inclusive no documento que o próprio Virgílio apresentou, ele foi discutido, nós só não fizemos a aprovação final desse documento na Câmara Técnica, mas havia, vamos dizer assim, uma discrepância entre o ritmo do trabalho da Comissão e o próprio ritmo da Câmara Técnica. Como a Comissão deveria apresentar um documento para essa discussão, resolvemos esperar um pouco para que pudéssemos chegar no mesmo nível de Comissão, se não fica uma coisa esquisofrênica. Essa minuta já está mais ou menos amadurecida, pelo menos do ponto de vista da coordenação da revisão, que é um grupo da própria Secretaria de Meio-Ambiente. Essa equipe de coordenação já tem essa minuta pronta, e ela tem sido discutida especialmente nesses últimos dias com uma intenção inclusive de chegarmos a um acerto final na própria Comissão. De qualquer maneira ela ainda não é uma minuta consensada. Acredito que com relação à forma para gestão ela tem vários problemas, não sei se vamos conseguir apresentar para discussão pública ... De qualquer maneira nós ainda estamos tentando chegar a essa posição. Só para que os senhores tenham mais ou menos umas leves pinceladas do que estamos discutindo, a proposta que estamos fazendo é de uma lei geral, para todo o Estado de São Paulo. Essa lei estabelece os parâmetros gerais para leis específicas de proteção aos mananciais de todo o Estado. Chegamos à conclusão de que essa seria a melhor forma, porque achamos que o perímetro apresentado pela legislação atual não dá conta da necessidade de proteção que nós sabemos existir com relação aos mananciais. Isso é um assunto que dentro da Comissão já está discutido, e a maioria acredita que realmente seria mais interessante essa lei para todo o Estado, essas diretrizes, possibilitando a promulgação de leis específicas para cada região, para cada tipo de problema. A idéia dessas leis específicas seria começar ... imediatamente, especialmente na região metropolitana. Acreditamos que precisamos criar nessa lei geral instrumentos que possibilitem um congelamento da área para que não se dê nenhuma possibilidade de agravamento da situação até que as ações possam efetivamente ser implementadas como leis específicas, enfim, é um direcionamento que estamos dando, tem sido mais ou menos esse. Esse direcionamento geral está bastante avançado à discussão. O problema maior que nós temos é com relação ao sistema de gestão, qual seria o sistema que iria ... a proteção aos mananciais. Existe uma proposta que direciona para o sistema de recursos hídricos, colocando efetivamente que ... de mananciais fosse tratada como questão hídrica, devesse ser feito nos comitês de bacia, ou seja, através do sistema de recursos hídricos. Existe um grupo dentro da própria Comissão que acredita que esse sistema de gestão deva ser feito através de sistema ... regional, com base na Lei 760. É um assunto ainda não consensado na Comissão. Nós estamos procurando aprofundar a discussão no sentido de estabelecer prós e contras de quais seriam as vantagens e desvantagens de cada um dos sistemas, que é exatamente o que está sendo colocado neste Comitê. De qualquer forma já temos uma pré-minuta preparada, e no instante em que fechamos uma posição que será ou única, ou um relatório consolidando posições divergentes com relação à gestão ou a qualquer outro assunto, a intenção especialmente da Secretaria de Meio-Ambiente, especialmente a vontade do Secretário de Meio-Ambiente é que esse relatório da Comissão seja divulgado amplamente, não só através de Diário Oficial, como também a equipe que discutiu isso se colocando à disposição de toda e qualquer instituição pública para que possamos, antes de ser encaminhado à Assembléia Legislativa, ter uma discussão absolutamente ampla daquilo que está se propondo agora.

Além dessas duas posições, vamos dizer assim, que são as mais fortes neste momento, na minuta de relatório que estamos fazendo temos elencado uma série de outras posições que surgiram, desde aquelas pessoas que acham que não deve ser feita uma nova lei e sim ser adaptada a legislação de mananciais que temos. Essa adaptação seria, vamos dizer assim, uma ampliação dos limites das áreas ..., de acordo com a realidade do local. Esta também é uma postura que foi colocada, que nos preocupa imensamente como coordenação do processo na medida em que ela poderia, na nossa opinião, significar um processo de anistia, ou pelo menos uma posição que precisasse ser retomada a cada dois ou três anos, então achamos que seria importante efetivamente se implantar um sistema de gestão que propiciasse uma ação mais efetiva não só no ponto de vista de fiscalização, que a gente tem, sem dúvida nenhuma, consciência absoluta dentro da Comissão e da Secretaria que durante todo esse período em que a lei esteve vigente foi suficiente, mas também do ponto de vista de intervenção do poder público de outras formas, de maneira a evitar qualquer maior problema com relação aos mananciais.

Eu queria colocar, no momento em que tenhamos na Comissão ou um consenso ou um documento final que possa ser trazido a público, porque realmente nos pareceu que enquanto ele não for fechado, achamos que isso deva ser feito nos próximos 15 dias, fica muito difícil trazermos mais concretamente essas posições para uma discussão, ou porque de repente não vai ser aquilo que vai ser encaminhado. A nossa intenção é encaminhar esses documentos inicialmente à Câmara Técnica, essa discussão deve ser amadurecida na Câmara Técnica antes de vir ao Comitê, e num segundo passo, sem dúvida nenhuma, teremos o máximo prazer de estar aqui nos colocando à inteira disposição para todas as informações técnicas da proposta que a gente vem discutindo há quase um ano. É essa a nossa posição.

GERÔNCIO ROCHA - Alguém quer se manifestar ou pedir algum esclarecimento?

VIRGÍLIO - Eu até pensava que a Câmara Técnica já havia cumprido a sua função. Mas entendo que a função dessa Câmara Técnica se esgote quando ... o material final. Há muitas conversas de que essa minuta está pronta e já está sendo encaminhada para a Assembléia Legislativa. Entendemos que essa proposta, antes de ir para a Assembléia Legislativa, tem que passar pelos comitês, pela sociedade civil, toda a sociedade tem que discutir, porque é um assunto que diz respeito a todos nós. Então é preciso entender que essa proposta só pode ir para a Assembléia quando tiver toda discussão feita pela sociedade. Que só tenha validade para ir para o Governador uma vez que os comitês disserem “sim”. Antes, não.

LÚCIA DE SENA - Sem dúvida nenhuma, concordo com o Virgílio, até pela fala anterior, essa sem dúvida será a nossa postura. Tem sido realmente uma preocupação do Secretário no sentido de se fazer uma discussão mais ampla, porque sabemos que o assunto é talvez um dos mais polêmicos que possamos trazer aqui, e que não será possível que ele seja solucionado de uma forma correta não só numa discussão com a sociedade civil, mas acho que precisamos fazer uma discussão aprofundada com os municípios também. Essa é a nossa intenção e fica aqui o nosso compromisso; infelizmente não conseguimos dentro do prazo do decreto, creiam que não foi por falta de empenho, é que realmente é um assunto complexo. Acreditamos que só devemos colocá-lo no momento em que nós todos tivermos certeza que essa é a melhor forma de estarmos protegendo os mananciais.

MÁRCIO (Assessor Deputado Djalma Bom, Assembléia Legislativa) - Acho bastante positivo estar-se criando possibilidade de ampliar a proteção dos

mananciais, mas gostaria de saber qual é o grau de detalhamento para a Bacia do Alto Tietê, para o que hoje representa a área dos mananciais, qual o encaminhamento que está sendo dado especificamente para os problemas da Grande São Paulo quanto aos mananciais. Gostaria de mais detalhamento.

LÚCIA DE SENA - Conforme eu tentei explicar, existe a proposta de uma lei geral para o Estado inteiro, e num segundo momento deveremos definir leis específicas para bacias ou sub-bacias que irão sem dúvida nenhuma absorver as características daquela sub-bacia. Na região metropolitana em especial, a proposta, eu fico com receio de dizer "proposta", vamos chamar de "pré-proposta", que a lei atual permaneça em vigor até o momento em que sejam feitas leis específicas para cada uma das sub-bacias, nós estamos já, paralelamente trabalhando com o levantamento de dados com relação a essas sub-bacias, veja, no Guarapiranga já temos os dados para uma intervenção imediata na bacia do Guarapiranga; com relação à bacia da Billings, temos um grupo, existe sem dúvida a preocupação de já se fazer o levantamento para ... dos problemas da Billings. Estamos então propondo inclusive um cronograma de continuação do trabalho para que se vá atacando certas regiões ou as sub-bacias que estejam mais comprometidas e com mais problemas em primeiro lugar. O relatório inclusive está prevendo um cronograma nesse sentido, com prazos mais ou menos pré-estabelecidos, porque até aqui o problema é mais de gestão, então fechado o sistema, a gente passa para o específico de instrumentos de uso do solo e outros instrumentos que estão pensando para proteção dos mananciais.

GERÔNCIO ROCHA - Mais algum esclarecimento? (Pausa.) Agrademos a Dra. Lúcia de Sena e pedimos que logo que houver uma minuta oficial do estudo, que você encaminhe para reproduzirmos e mandarmos aos membros do Comitê. Obrigado.

HELDER WUO - É uma denúncia com relação à recomendação nr. 1 do Comitê. É sobre a Eletropaulo. A Prefeitura de Salesópolis instalou um britador sem licença ambiental e com o apoio da Eletropaulo. Queria passar isso para vocês. (Documento anexo.)

GERÔNCIO ROCHA - Deve ser registrado e encaminhado.

VIRGÍLIO - Também contra a Eletropaulo. Tem dois vereadores em Diadema que estão pressionando a Eletropaulo para fazer ligação em barracos em área de mananciais, e a Eletropaulo está fazendo. Mais uma vez a Eletropaulo não está respeitando a recomendação do Comitê.

GERÔNCIO ROCHA - Registradas essas duas denúncias. Encaminharemos ata desta reunião à Eletropaulo.

Cinco minutos de intervalo para um cafezinho e água.

* * *

GERÔNCIO ROCHA - Entrando em pauta agora o que ficou pendente, a deliberação daquela Moção, os colegas se reuniram e devem ter feito alguns acréscimos. Mas antes disso o assessor do Deputado Djalma Bom, nessa questão da proteção dos mananciais que foi tratada anteriormente, ele pediu para fazer um breve informe ao plenário.

MÁRCIO - Visto a agilidade e a prioridade com que o Governo do Estado na atual gestão vem trabalhando com a revisão da lei de proteção de mananciais, dita pela própria representante da Secretaria, está desrespeitando o decreto do Covas que prevê a conclusão do trabalho este mês. A Bancada do Partido dos Trabalhadores, através de autoria de um Projeto de lei do Deputado Djalma Bom, acabou de protocolar na Assembléia Legislativa um Projeto de lei de revisão da lei de proteção dos mananciais. Nesse Projeto de lei consta o aspecto da possibilidade de criação de novas áreas de proteção de mananciais no interior do Estado, só que ele não trata com a irresponsabilidade, no nosso ponto de vista, com que o Estado coloca a questão da Grande São Paulo. Os problemas enfrentados na Grande São Paulo são sabidos pela maioria dos representantes de municípios que aqui estão, como risco de escorregamento, problemas sanitários, enfim, a gravidade em que se encontra essa área de proteção de mananciais, permanentes rodízios de água enfrentados por vários municípios da Grande São Paulo, e o próprio Estado está desrespeitando decreto que estabeleu que no dia 30 de agosto de 96, ou seja, até hoje, o Governo do Estado deveria ter apresentado um projeto. Esse informe para esclarecer que está sendo apresentado esse Projeto de lei, foi encaminhado o Projeto de lei ... para que o Comitê do Alto Tietê possa em momento oportuno estar discutindo esse projeto, fazendo contrapontos com a proposta que o Governo do Estado irá fazer. O nosso objetivo é exatamente esse, dar um contraponto. Nós temos a minuta que a colega Lúcia expôs, e ela efetivamente não trata dos problemas emergentes, além de desrespeitar o Decreto, que joga a questão para o Estado inteiro e não trata dos problemas emergentes que temos na Grande São Paulo. Em vista disso, a nossa Bancada e o gabinete do Deputado Djalma Bom tem ... necessário, respeitar o prazo que o Covas estabeleceu, diferente da Secretaria de Meio-Ambiente, estamos apresentando projeto de revisão.

PRESIDENTE - Obrigado. Está entregue à Mesa. Alguém recebeu a proposta da Secretaria de Meio-Ambiente? (Pausa.) Eu estou preocupado porque temos informações desencontradas, que só algumas pessoas receberam. Acho importante que o Comitê recomendasse à Secretaria de Meio-Ambiente, se não foi feita essa entrega, que todos os membros da sub-Comissão para discutir, tivesse essa cópia da lei, até para que avançássemos. Muito bem lembrada essa questão do prazo. Eu achava que estava muito longe o prazo dado pelo Governo, e agora vemos que isso não tem consenso ainda. É muito grave. Acho que como Comitê temos que tomar providências. Queria pedir ao Secretário Executivo para que depois providenciasse junto à Secretaria de Meio-Ambiente encaminhamento a todos os membros da Comissão essa cópia do Projeto de lei do Governo.

Dando seqüência, a Moção. O Renato vai encaminhar.

RENATO - Eu, o Eng. Darcy e o Eng. Pedro nos reunimos e fizemos uma proposta de inclusão, atendendo a proposta do Eng. Darcy e as observações posteriores feitas. Para quem tem o texto da Moção, eu sugeriria tê-lo em mãos, para acompanhar a proposta de inclusão.

Nós incluímos um item antes do item “a)” do “Considerando”. O “a)” atual fica sendo “b)”.

O “a)” seria: O intenso agravamento das inundações na bacia do Alto Tietê, a despeito de vultuosos e crescentes investimentos.

Item b) (O que era a), passou a b)) - A proximidade da estação chuvosa e a consequente necessidade de dotar a Administração Pública Estadual e

do conjunto de municípios da Região Metropolitana de São Paulo de um plano de contingência frente às inundações.

Item c) (O item b) atual, que passa a ser c)) - A situação precária do Sistema de Alerta, no que tange à manutenção e operação da Rede Telemétrica e do Radar Meteorológico, que atualmente não envolve todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Essa é a proposta de modificação do “Considerando”.

Em relação ao “Recomenda”, foi proposta a inclusão de um último item, que ao invés de dois itens, agora seriam três por essa proposta. O enunciado do terceiro item é o seguinte:

“- que sejam aceleradas as providências para elaboração de um Plano de Macrodrenagem para a Região Metropolitana de São Paulo, cujos termos de referência sejam previamente discutidos e aprovados por este Comitê.”

Esse é todo da proposta que elaboramos.

PRESIDENTE - Em discussão.

VIRGÍLIO - A minha preocupação é moção, se isso vai ser considerado.

PRESIDENTE - O que é importante é que estamos em agosto e estamos encaminhando isso. Estamos desde o começo do ano discutindo isso. Eu pediria, Virgílio, para que você considerasse esse esforço do pessoal que fez a moção, e depois, se tiver algum problema, nós encaminhamos novamente.

Está aprovado? (Pausa.) Então está aprovado.

Próximo assunto.

GERÔNCIO ROCHA - Teremos apresentação do Consórcio CNEC-FIPE sobre o ante-projeto de lei da cobrança pelo uso da água. Engenheiro Lineu, por favor.

LINEU - Antes de começar a falar da cobrança propriamente dita, vou fazer uma preliminar de 5 minutos só. (Transparências.)

Temos duas cotas, Eletropaulo e CESP. Na conta de luz hoje nós temos o ICMS, que está marcado lá 25%. Efetivamente sabemos que incide sobre o total da conta. Sobre o consumo efetivo acaba sendo 33%. Não sou especialista nesse cálculo, mas de qualquer forma é coisa que supera os 30%. É uma conta de usuário, de qualquer um de nós, da nossa residência. Além desse valor, ... especificado a base de cálculo e a alíquota, que conforme o valor da conta é 12%. Tem todo um procedimento. Além desse ICMS, ainda alguma coisa que enxergamos nessa conta, existe aí esses 6%, mas a Legislação estabelece que existe a compensação financeira pela geração de energia elétrica, que é mais 6%. Sobre a energia gerada tem toda lá uma Legislação ... que estamos pagando de luz, embora não esteja explicitado. Originalmente a Legislação fala em 6% sobre a energiai gerada. Esse recursos é visível para nós hoje, ele é muito claro, já se discutiu ... , dinheiro do FEHIDRO. Aquilo que cabe ao Governo, a compensação financeira, 6% da geração, é receita do FEHIDRO, e o FEHIDRO aplica esse dinheiro em programas

de saneamento, etc., e particularmente no caso dos comitês de bacia é que tem sido, digamos, uma divisão ... , ou seja, hoje já existe uma parcela de recursos do FEHIDRO ... Tivemos no último dia 22 no Comitê de Sorocaba, do ... Tietê, em que os membros do Comitê, através da sociedade, através das prefeituras, fizeram pleitos ao Comitê dos mais diversos programas de aplicação, uma vez que o FEHIDRO destinou 1,2 milhões para projetos da região do Sorocaba - Tietê. Um dos critérios utilizado por esse pessoal, nessa distribuição, foi de, digamos, contemplar mais obra do que projeto. Esse assunto foge à cobrança no que diz respeito, digamos, à verba. No entanto a cobrança que se pretende é que no fundo ela vai cair em cima ... Agora, nessa formulação que vimos, CESP, Eletropaulo, do setor energético, ou vai o ICMS para o orçamento público, Estado ou Município, ou então tem uma parcela, que é o caso da compensação financeira, que vai acabar lá no FEHIDRO, dando origem ... dentro dos comitês para fazer obra. A decisão aqui do Comitê foi como aplicar o dinheiro que está lá dentro do FEHIDRO. O ante-Projeto de lei procura, inclusive, dar uma destinação a que o dinheiro que venha pela cobrança do ..., vá contabilizado para o FEHIDRO, mas tenha como interesse a bacia hidrográfica. Ele está amarrado numa agência de bacia, que seria o braço executivo desse Comitê de Bacia Hidrográfica. Isso não isenta que essa receita necessariamente, como é um bem público do Estado, ou da União, que esse dinheiro necessariamente passa pelo caminho do orçamento público. No entanto o projeto ... a fazer com que ele atendesse a um desejo dos comitês, que ele seja contabilizado, que ele seja manuseado, que ele seja fixado, que ele seja bloqueado numa conta específica do comitê. É um processo de descentralização e é um arrojo político inclusive ... Ainda nessa primeira abordagem da cobrança, é importante deixar claro outro aspecto que norteou basicamente esse “candidato”, é um primeiro candidato, uma primeira minuta que está hoje aí, que alguma coisa poderá sobrar como lei ou como outro documento legal que vai tratar do assunto da cobrança .. pelo recurso hídrico. O que se preconiza no âmbito desse documento que está na praça, é que se cobre exclusivamente pelo uso da água, sendo a água um bem de valor econômico. E não se está cobrando o serviço prestado. A idéia que vem por trás é o valor econômico da água, diante da sua escassez, diante da sua qualidade.

Portanto, o que se pretende, que faz parte do projeto, quais são as bases que se vai cobrar. Primeiro, um valor que será gravado sobre o volume ... Sobre esse valor que se tira de um rio, ou de um lençol freático através ... O passo seguinte, numa atividade, seja indústria, seja consumo doméstico, pode-se ter uma perda, ou por incorporação ao produto, água mineral para exportação, vai embora da bacia, ... Então aqui seria 100% de consumo. A água subterrânea, tira-se e não se devolve, também não se teria 100% de consumo. Então sobre aquela parcela que não volta, cabe uma outra cobrança. E um terceiro componente é sobre aquilo que é lançado, sobre o lançamento. Você lança água, você está utilizando do seu recurso hídrico, para diluir, carrear, transportar poluentes. Essa primeira minuta do ante-projeto se baseia que você está usando água para diluir, transportar, assimilar. Não estaremos cobrando pela poluição. Se estivéssemos cobrando pela poluição, estaríamos ... legislação ambiental. Nós estamos cobrando pelo uso do recurso hídrico. Agora, no cálculo, na base de cálculo, utiliza-se esses componentes, ou seja, vou utilizar a quantidade de DBO, enfim, eu posso utilizar esses componentes para avaliar quanto vou pagar. Acredito que do ponto de vista de uma abordagem rápida, essas são as bases. Estamos cobrando por um bem público que é ou da União ou do Estado. Na competência do Estado fica por conta das águas estaduais. Os rios federais, as águas de domínio federal, não há como o Estado cobrar. (Termina aqui a exibição das transparências.)

Importante é o seguinte, esse estudo da cobrança é inédito do ponto de vista de Brasil, é altamente polêmico ... De qualquer modo, todo o trabalho foi

encomendado, digamos, pelo DAEE, através de uma concorrência pública, foi reunido em 11 relatórios que até agora já foram emitidos. Desses 11 relatórios e mais um para um primeiro seminário aqui, foi executado. É claro, tem relatório aqui com 10, 11, 8, enfim, estão ainda recebendo incorporações de melhoras. Embora o processo originalmente se pretendesse desenvolver isso num prazo de 10 meses, vai atingir agora praticamente dois anos, isso devido a uma série de problemas, mudança de governo e tudo mais. Se tivéssemos terminado isso em 10 meses, talvez de pouco serviria para efeito prático ... Estamos num processo de incorporar, digamos, ... e estamos na iminência de partir para um seminário, que deverá ocorrer na primeira quinzena de setembro, na Cidade Universitária. Esses relatórios já saíram no Boletim do Comitê do Alto Tietê, estão disponíveis para consulta. Alguns aspectos de alguns deles, o Relatório 5 fala do potencial de cobrança. O que se fez na época, isso foi feito antes de existir o Plano Estadual que está na Assembléia hoje, mas baseado no Plano Estadual de Recursos Hídricos de 94/95, existem esses planos de ação continuada, que os senhores bem conhecem, e com base nisso, de modo redondo, ... um bilhão por ano, ou seja, 10 milhões em 10 anos. Esse valor, considerando 30%, ... aonde vai arrumar o resto do dinheiro? Esse é outro problema. Mas o que norteou aqui, ..., que é o procedimento dos franceses, que foi o nosso amparo para construir ... o nosso Governo está como um dos valores de referência esses 30%. Trinta por cento seriam 300 milhões de âmbito do Estado. O número que se tinha no Plano Estadual anterior era no Alto Tietê uma competência da ordem de 195 milhões por ano. Aí é aquela história de calcular quanto vai dar a cobrança em função de uma receita que eu estou desejando, ou seja, igual num condomínio, eu quero fazer coisas, faço um rateio. O importante é que nesse contexto, procurando obter os 30%, no caso do Alto Tietê o abastecimento, o setor público em termos de água e esgoto, estaria pagando, digamos, 76%, ou seja, a população de um modo geral estaria arcando com 76% daqueles 30% que seria cobrado. Por que o setor industrial não tem uma carga tão forte? Porque o setor industrial já investiu inclusive bastante. O que significa esses 76% que pagaria a população? Lembrem que eu comecei a história lá pela conta de luz. O nosso projeto até preconiza isso nos seus artigos ou parágrafos, que esse valor, à moda dos franceses lá, apareça na sua conta, como aparece lá o do ICMS. Esse dinheiro que você está pagando está indo lá para a agência de bacia. Isso seria um acréscimo da ordem de 7,2% na conta de água e esgoto. Acredito que aí dá para ter uma idéia mais ou menos do que poderia ser. O pessoal da Piracicaba, que tem 8%, ... a questão do sistema Cantareira é um assunto a ser discutido.

Acredito que essa mesma apresentação já é de conhecimento dos senhores, vou tentar ser mais rápido. (Novamente transparências.) Essa pesquisa contemplou dois cenários, ou manter as coisas do jeito que estão, e a outra seria o investimento que deixaria tudo como eu sempre sonhei, ou seja, o investimento ideal. O que a população estaria disposta a pagar para se atingir esse objetivo. No caso do Senai I, que é manter as coisas do jeito que estão, e para a Bacia do Alto Tietê há uma disposição de cerca de 4 reais e qualquer coisa. Foram feitas 506 entrevistas, e a conta média é de 15 reais, ou seja, mais de 30% seria disposição do público alvo que foi consultado. Nas outras bacias varia de 20 a 50%. Isso mostra, no âmbito desse estudo, uma população que pelo menos no âmbito da pesquisa não estaria aversa a essa cobrança, desde que se aplicasse para atender ... Também se fez um trabalho junto às indústrias, para ver a questão do impacto na indústria. No caso anterior foi uma pesquisa domiciliar. No âmbito da indústria a pesquisa abrangeu cerca de 20 indústrias, se procurou selecionar as 60 maiores indústrias, maiores no sentido de grandes consumidoras de água, e se fez um questionário com 20 indústrias. Procurou-se avaliar o que representa o custo da água no produto que ela faz. A outra, foram considerados dois cenários, ver o que significaria, como é que aumentaria o custo dessa água no produto. E a outra foi se a cobrança iria provocar, digamos, mudança da indústria, que ela procurasse outra bacia em função do aumento do custo

da água. Os resultados foram: primeiro, que o custo médio nessas indústrias, a média é 1,37% em que a água participa do produto da empresa. Isso para 20 indústrias. Diante daquele cenário, investimento de 1 bi por ano, essa análise foi feita em cima de 15 indústrias, e esse custo passaria, no caso das 15 indústrias não dá 1,37, dá 1,01, e passaria ipara 1,33.

De modo geral, os usuários não são contrários à cobrança, desde que seja empregado na própria bacia.

No que diz respeito à mudança de tecnologia, aqui na pesquisa se procurou avaliar o seguinte: o que levou a indústria a se instalar em determinada região. Os fatores preponderantes foram: água, mercado e transporte.

Só para fechar a questão, tem um acabamento aqui, a mostra que se fez não permite ..., mas a pergunta foi a seguinte: se você tem que fazer novos investimentos, procurando novas tecnologias ou não, você investiria nessa bacia ou iria para uma outra que não cobra. O que mostra é o seguinte, que a água é insumo importante e poderia ser decidido ir para uma bacia ou para outra. Mas não aquela sobre-taxação, aquele sobre-preço advindo da cobrança.

Esse material que diz respeito a esses relatórios, o passo seguinte foi a colocação do ante-Projeto de lei. Os senhores já receberam aqui no âmbito do Comitê, acho que a grande maioria até já deve ter visto a somatória ..., houve uma distribuição ampla disso, na última reunião do CRH a proposta é que isso, digamos, tenha uma ... final até o final de novembro, para que ele seja encaminhado à Assembléia, e a partir daí, no próximo ano tramite pela Assembléia para que, digamos, em 98 pudéssemos ter em mãos um documento legal que amparasse essa cobrança. Antes de 98 não há como estruturar a cobrança. A base desse candidato que nós temos aí, esse ante-Projeto de lei, é um candidato, vai sofrer ajuste, corte, no fim vai ter que sair alguma coisa ..., se almeja que até final de novembro se tenha alguma coisa, com as contribuições do Comitê, da sociedade e tudo mais. A base, aquilo que eu frisei, faço questão de voltar outras vez, que é o uso da água com bem ... Recurso Hídrico do Estado, o que é da União, é da União, não há como o Estado fazê-lo. Aí é necessário que se faça, digamos, toda uma negociação, para que se possa cobrar das águas da União. Isso vai trazer problema? É claro que vai. Concordância com a Legislação; o candidato que existe aí, ele não fere legislação existente. A idéia é o seguinte, uma vez a coisa andando, ... Neste caso existe a questão da outorga. Quem não tem outorga, está ilegal, há que se resolver essa questão. A outra diz respeito ao seguinte: existem limites. Seriam duas coisas totalmente separadas. Gestão descentralizada; a proposição que aí está é extremamente descentralizadora. É importante quem vai ficar com o dinheiro, quem vai assinar o cheque. Quem vai decidir isso é o Comitê. O Artigo nr. 1 diz: só vai ter cobrança aonde tiver plano de bacia. Se não tiver um plano de bacia, você não sabe o que vai fazer. Vai cobrar a hora em que você sabe o que você precisa fazer. Quanto será cobrado, em última instância, é o Comitê que vai levar isso para o CRH, e o CRH vai compatibilizar isso com as outras, para evitar distorsão. Tem que ter esse fórum maior. Basicamente é isso. Fico à disposição.

GERÔNCIO ROCHA - Alguém quer se manifestar? Alguma pergunta? (Pausa.) Gostaria de relembrar duas coisas: esse ante-Projeto de lei sobre a cobrança já foi distribuído aos membros do Comitê há dois meses. Na última reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, há um mês, foi aprovado um calendário de discussões e debates sobre essa questão. Está entregue aí nas pastas esse calendário aprovado. Num primeiro momento, era até setembro a apresentação de emendas por qualquer pessoa. Qualquer membro do Comitê pode encaminhar à

Secretaria Executiva proposta de emenda, alteração, qualquer proposta substitutiva a esse ante-projeto. Nessas emendas apresentadas, o CORHI que vai recolher isso de todos os comitês, de todas as regiões, faz uma segunda versão e aí dá um segundo prazo para apresentação de emendas dessas segunda versão. No início de novembro, no final de outubro, já tem uma versão final do ante-Projeto de lei para ser encaminhado à Assembléia. Então o prazo fixado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos é esse. No encaminhamento que a Secretaria fez naquela época, já se pedia que quem tivesse emenda pudesse mandar. Agora há prazos definidos. Qualquer membro do Comitê, qualquer pessoa que queira encaminhar emenda pode fazer isso e mandar para a Secretaria Executiva. O CORHI é o órgão que está recebendo isso. Fora isso, estão ocorrendo seminários nas bacias. Aqui no Alto Tietê deve ser na primeira quinzena de setembro, os senhores devem ter recebido o comunicado. Se for necessário algum debate especial na tramitação dessas discussões, além do que está previsto, certamente o Comitê vai proporcionar isso.

Eu pediria ao Eng. Lineu, como ele apresentou uma síntese de transparências, que fizesse uma seleção do que achar mais relevante, para tirarmos cópias e entregar aos membros do Comitê, porque são 11 volumes de relatório - esses 11 volumes estão na Secretaria Executiva para consulta de qualquer um.

Alguém tem dúvida, quer se manifestar, ou deixar para o debate oportuno? Porque vai ter seminário sobre isso.

PRESIDENTE - Está conosco o Secretário de Recursos Hídricos, Dr. Hugo. Acho que na seqüência já começaríamos com o Dr. Hugo.

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Muito boa tarde a todos. Vou fazer uma apresentação sobre o Projeto Billings.

Antes disso, quero só dar uma notícia: um dos assuntos pendentes é a questão do nosso Projeto de lei de agência de bacia. Havia sido aprovado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e deveria ser encaminhado pela Assembléia Legislativa, mas a assessoria técnica legislativa ... considerou que o projeto conflitava com o Projeto de lei Complementar nr. 7, que regula administração descentralizada do Estado. Numa nova reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos deliberamos manter na íntegra o nosso Projeto de Bacia, e mudar o Projeto de lei Complementar nr. 7 para poder viabilizar então ... que fosse aprovado da forma como ele está. Pedimos à Assessoria Técnica Legislativa que fizesse uma minuta desse Projeto, a Assessoria Técnica Legislativa já fez, está com o CORHI para examinar, alteração do Decreto-lei nr. 7. Para ganhar tempo decidimos encaminhar o Projeto de Agência de Bacia via legislativa. Em vez de ir como projeto Executivo, ir como projeto Legislativo, que assim tramita junto com a alteração do PLC nr. 7. Para facilitar o trâmite do Projeto de Agência de Bacia na Assembléia, ele vai ser apresentado como um projeto coletivo, provavelmente na Comissão de Meio-Ambiente da Assembléia Legislativa, então ele deve tramitar com mais facilidade, com mais velocidade. Precisamos acelerar a alteração do PLC nr. 7, excepcionalizando as agências de bacia do Decreto, para que sejam aprovados juntos.

(A partir daqui, Dr. Hugo utiliza-se de transparências.)

Um dos assuntos críticos aqui na Bacia do Alto Tietê, não só para Bacia, mas também para a Bacia da Baixada Santista, para o médio Tietê Sorocaba, e indiretamente para a Bacia do Piracicaba, é a questão da Billings. Já havíamos abordado essa questão quando falamos do Planão, o Planão havia proposto sete

alternativas para a Represa Billings, essas sete alternativas estão em discussão nos diferentes comitês de bacias que têm interesse na questão. Parte para subsidiar essa discussão, e parte também para poder avançar na questão da Billings, não só para tomar decisão sobre a Billings da forma como ela se encontra hoje, mas para avançar na questão de como efetivamente trabalhar para melhorar a qualidade da água da Billings, decidimos iniciar um Projeto Billings em conjunto com as Secretarias mais diretamente envolvidas, que são: Secretaria de Energia, Secretaria de Meio-Ambiente e de Recursos Hídricos. Então a partir de uma determinação do Sr. Governador, essas três Secretarias constituíram um grupo de trabalho que preparou uma primeira proposta com relação à Billings, e em seguida isso foi um pouco mais detalhado. Então vou fazer uma apresentação de qual é a idéia desse Projeto Billings.

Na realidade esse Projeto Billings busca integrar uma série de ações que dizem respeito direta ou indiretamente com a Billings, algumas ações já em andamento, e outras ações novas. A questão dos recursos hídricos tem que ser vista de uma forma integrada. Quando falamos da Billings, precisamos ver as diversas questões que envolvem a Billings. Hoje a Billings é utilizada para abastecimento público, parcialmente, é utilizada para controle de enchente e é utilizada para geração de energia. É utilizada também para pesca, é utilizada para lazer. Ela tem problemas de qualidade da água em virtude do bombeamento e em virtude também de poluição da sua própria bacia. Temos uma série de questões aí envolvidas. A idéia é integrar isso tudo. Qual é o quadro anterior do sistema hídrico aqui do Alto Tietê? Escassez e comprometimento da qualidade da água, conflitos de uso, políticas setoriais em gestão não integrada, medidas estruturais, as obras vistas como única solução, decisão centralizada, ... técnico de sociedade, e desinteresse governamental por soluções efetivas. Esse foi o quadro que nós encontramos. Qual é a posição do Governo com relação à questão Billings? Primeiro que o planejamento e a gestão têm que ser integrados. Segundo, que deve se utilizar os recursos da represa. Terceiro, que é prioridade o abastecimento da população. Quarto, nós devemos buscar para isso a melhoria da qualidade da água. Quinto, devemos buscar, além das soluções estruturais, buscar também soluções não estruturais. E sexto, que o processo de decisão deve ser colegiado. Dentro do Projeto Billings temos então as três Secretarias, e em cada Secretaria os órgãos executores. ... (Aqui o Secretário vai lendo as transparências rapidamente, ficando compreensível para o público que está acompanhando também pelas transparências. Mas não fica perfeitamente compreensível pela taquigrafia.) ... Missão do Projeto Billings: garantir a utilização dos usos múltiplos da água na Bacia do Alto Tietê, particularmente em relação ao Reservatório Billings, privilegiando o abastecimento da população, e a promoção de melhorias ambientais. Esse é o nosso objetivo central. É um grupo de trabalho que tem técnicos hoje em tempo integral trabalhando no Projeto Billings. As atruibuições dessa equipe são: Integrar, articular e detalhar o conjunto de medidas estruturais e/ou não estruturais envolvidas. Viabilizar recursos humanos ... financeiros necessários. Conduzir estudos, projetos e serviços, e/ou obras decorrentes do plano de trabalho. Promover a participação, integração e cooperação entre órgãos e entidades envolvidas. Integrar os municípios da área de influência do projeto na discussão e encaminhamento das soluções. Inserir a participação da sociedade civil organizada nos processos de deliberação. Esse é o conjunto de atribuições da equipe.

Foi feito então um plano de trabalho, plano esse que tem seis blocos de medidas.

Primeiro bloco de medidas: relativas à captação de água bruta para abastecimento público.

Segundo bloco de medidas: banco de dados, modelo simulação e monitoramento qualitativo e quantitativo das águas.

Terceiro bloco de medidas: melhoria de qualidade de água no sistema.

Quarto bloco de medidas: controle de inundações.

Quinto bloco de medidas: novo modelo de gestão operacional.

Sexto bloco de medidas: articulação institucional.

As premissas que foram adotadas nesse trabalho são:

- Otimização de regra operativa, em primeiro lugar em conjunto pelos órgãos desenvolvidos, e em segundo lugar repartir os custos entre os beneficiários.

A segunda premissa é que é necessário gestão metropolitana.

A terceira premissa é que a geração Henry Borden precisa considerar ... energia, saúde pública e controle de cheias, custos sociais, ambientais e financeiros.

Orientação geral das propostas:

Na revisão da lei de proteção dos mananciais priorizar a proteção de sub-bacias destinadas ao abastecimento público. Priorizar a melhoria da qualidade das águas, Projeto Tietê, e viabilizar outras formas de controle de cheias e ... bombeamento. Revisar as obras estaduais e municipais de controle de cheias. Prevenir a ocupação de bacias e ... remanescentes. Evitar acréscimo de vazões nas demais ... municipais. Implantar banco de dados ... Buscar controle de poluição em Pirapora do médio Tietê.

Para cada um daqueles blocos de macro-atividades, ... conjunto de sub-atividades. O que estamos chamando de macro-atividade? Que cada uma dessas então tenha um responsável e tenha em princípio um cronograma para ser elaborado.

No bloco “Captação de água bruta para ...”, a previsão é que nós vamos iniciar já uma captação de água no braço Taquacetuba. A previsão é chegar a quatro metros cúbicos por segundo, obviamente não só Taquacetuba, interligando Taquacetuba com o Capivari, ou recebendo água do corpo da Billings. Deve começar com dois metros cúbicos por segundo, em seguida ampliar para quatro. O prazo definido para isso é outubro de 1997. O custo estimado é de 23 milhões. O responsável nesse caso é a SABESP, que já fez os estudos para isso, já solicitou outorga para essa captação, e deve licitar a obra nas próximas semanas.

Essa questão do programa metropolitano de água, a SABESP está negociando com a Secretaria de Meio-Ambiente, a idéia é que se licencie o programa metropolitano de água como um todo, que envolve uma série de captações, evitando análise individual, que se pense na questão ... de uma forma global.

A segunda ação é o aumento da captação de água no braço do Rio Grande, para um metro e meio por segundo. Essa obra já está em andamento, o prazo previsto é dezembro de 1997, mas já no início do próximo ano devemos ter um aumento de captação, porque o grande problema no caso do Rio Grande é a dificuldade de adução. Algumas etapas vão ficar prontas antes, de maneira que a

produção no sistema do Rio Grande vai ser aumentar, e com isso resolver os problemas de abastecimento de água no ABC. O custo é de 46 milhões de reais, isso já está contratado.

A terceira obra seria a captação de água no braço do Rio Pequeno de mais dois metros cúbicos por segundo, jogando essa água no Rio Grande. O prazo é até o ano 2.000. Basicamente é uma interligação do Rio Pequeno com o Rio Grande.

E a quarta questão aqui, não sei se está bem colocada neste bloco, é a elaboração de um termo de referência de um plano de recuperação. O prazo é dezembro de 96. Aqui é uma a tividade onde a responsabilidade seria diversos participantes, inclusive sociedade civil. Esse termo de referência tem que obviamente ser bastante discutido. A participação das três Secretarias, os municípios envolvidos e a sociedade civil.

A idéia desse projeto é fazer um projeto como foi feito para Guarapiranga, aproveitando as lições que tivemos de Guarapiranga, e agregando algumas coisas, como por exemplo a questão da erosão. Fazer um projeto de recuperação da Billings mais abrangente do que aquele feito para Guarapiranga. Já recebemos uma proposta da CETESB para elaboração desse termo de referência, que será discutida.

Segundo bloco de ações:

- Banco de Dados, ... (Dr. Hugo lê extremamente rápido.)

Então a primeira ... seria a criação de um Banco de Dados e calibração dos modelos para a Billings e Barra Bonita, prazo novembro de 96. Já temos modelo do Planão, mas a idéia é que possamos então calibrar o nosso modelo, através da criação de um Banco de Dados, não só para a Billings mas para todo o sistema, até Barra Bonita. Isso está integrado com a atividade 2.3, que é ... de monitoramento. Então já temos uma proposta ... pela CETESB, de ampliação dos pontos em toda Bacia do Alto Tietê e Médio Tietê. Isso é uma atividade contínua que começa desde já. A idéia é aumentar os pontos de monitoramento, ampliar os parâmetros, e através desse monitoramento alimentar o Banco de Dados ...

O bloco 2.2 é construção e simulação de cenários. Então em função da agregação do Banco de Dados, da calibração ..., cenários diferentes de utilização da Represa Billings, e podermos utilizar esses cenários para tomada de decisões.

O bloco 2.4 é a utilização dos modelos para tomar decisões. A idéia deste bloco é que possamos em primeiro lugar estar monitorando de forma permanente através da água em toda bacia. Através desse monitoramento, possamos estar calibrando os nossos modelos, e com esses modelos simulando diversas questões; o que acontece se a gente melhorar a qualidade da água do Pirajussara, que impacto isso tem na qualidade da água da Billings, do Médio Tietê, e assim por diante. De maneira que possamos daqui para a frente tomar decisões com relação às diversas ações que vamos ter de forma mais técnica e conhecendo melhor o impacto de cada decisão.

Aqui é o terceiro bloco, ligado à questão efetiva da melhoria da água ... do sistema. Ações de curto e médio prazo.

A primeira etapa, a idéia seria fazer um levantamento de tecnologias disponíveis, e dessas selecionar algumas tecnologias que acreditamos possam ter alguma eficácia.

A segunda ... a tividade é ... e ensaios, a partir então da escolha ...

O terceiro bloco é avaliação ... dos resultados dos testes. Com os resultados dos testes, avaliarmos a eficácia dessas tecnologias.

Ainda dentro de soluções de curto prazo, temos algumas ações que podem ser feitas a curto prazo, que vão melhorar significativamente a qualidade da água do Pinheiros. Uma dessas ações é a construção do emissário M1 Pinheiros/Barueri, que vai levar todo esgoto que hoje chega à Estação de Tratamento do Pinheiros, junto aqui da Sabesp, atrás da CETESB, até o Cebolão, onde passa o emissário que leva para Barueri. Hoje todo esgoto que chega na grande parte de esgoto da Bacia do Pinheiros, tanto o esgoto que vem da Avenida Paulista, dos Hospitais da Paulista, Butantã, Cidade Universitária, chega na Estação de Tratamento do Pinheiros, da Sabesp, aí recebe um tratamento extremamente precário, é hoje um trabalho primário que remove apenas 20 a 30% da carga orgânica, e o efluente é despejado no Rio Pinheiros ali na frente. Praticamente é como se despejasse todo o esgoto in natura no Rio Pinheiros. A construção desse emissário vai significar a retirada então de três metros e meio a quatro metros cúbicos por segundo do esgoto do Rio Pinheiros. Essa obra já está contratada, ela conta com financiamento da Caixa Econômica Federal, estará pronta em meados do ano que vem. Em meados do ano que vem então vamos poder estar retirando esse esgoto todo do Rio Pinheiros.

A outra etapa de curto prazo é avaliação de acompanhamento e ... das metas estabelecidas para a primeira etapa do programa ... A CETESB havia feito uma primeira etapa do sistema de ..... A idéia é redefinir essa estratégia, priorizando algumas bacias; ... por exemplo das indústrias que estão dentro da Bacia da Billings ou dentro da Bacia do Pinheiros.

A terceira fase é a implementação da segunda etapa do programa ... A partir dessa reavaliação, implementar essa segunda fase.

Soluções de médio prazo. Devemos concluir até o final do ano que vem as estações de tratamento de esgoto Parque Novo Mundo. Os equipamentos já estão comprados, está em licitação a montagem. O contrato para montagem desses equipamentos deve ser assinado nas próximas semanas. Custo de 129 milhões.

A outra estação que também deverá ficar pronta, um pouco antes até da estação do Parque Novo Mundo, é a de São Miguel, deverá ficar pronta em setembro de 97, também na mesma situação, está sendo licitada a montagem. Custo aproximado, 128 milhões.

Talvez a obra que vai ter um efeito maior sobre o Tietê é a operação efetiva da estação do ABC. Essa obra tinha dois problemas, ela não tinha financiamento e não tinha garantia de esgoto tratado. Hoje já temos financiamento da Caixa Econômica, já temos um convênio com todos os municípios do ABC, que têm os seus sistemas de distribuição e coleta de ... de esgotos, com exceção do Município de Santo André.

A principal fonte de poluição do Rio Tietê, que é o Tamanduateí, vai ...

A outra questão de médio prazo é a elaboração de ..., erosão, assoreamento de resíduos. Isso também é uma atividade coletiva e isso deverá estar pronto até outubro deste ano.

Controle de inundações, temos duas macroatividades, ...
Responsáveis a três Secretarias. ...
Hoje nós temos algumas regras operacionais no sistema, quer dizer, quando é que aciona o bombeamento em Pedreira, quando é que aciona o bombeamento em Traição, quando é que abrimos as comportas. A idéia é então a partir dessa série de informações que vamos ter tanto do Projeto Billings como do plano de macro-drenagem, como de outras coisas, que nós possamos rever essas regras operacionais. A idéia então é pegar subsídios de várias fontes ...

O quinto bloco é o novo modelo de gestão operacional. Tomada de decisão sobre regras operacionais, considerando ... Então em função dos blocos anteriores, as informações que vamos ter da macrodrenagem, etc., rever essas regras operacionais, tendo em vista então que a bacia ... É claro que isso não vão ser decisões finais, vamos estar continuamente tomando decisões. A previsão é que possamos estar tomando as primeiras decisões em dezembro de 96, isso vai ser revisto em julho de 97.

Este outro bloco é operacionalização e aplicação das novas regras operacionais, que a idéia é a partir do momento que podemos tomar decisão a partir de dezembro de 96, isso possa ser operacionalizado ...

Ainda dentro desse modelo, discriminação dos custos atuais de operação do sistema. Nós temos hoje todo esse sistema que envolve bombeamento, desassoreamento, etc., tem um custo, a idéia é que esse custo seja absolutamente transparente para todos para todos, tanto para o Governo do Estado, para os demais órgãos do Governo do Estado, mas também para a sociedade, que a sociedade também saiba quanto custa cada módulo da operação desse sistema. Isso também é uma coisa que suscita muita discussão. Se fala muito no custo de desassoreamento, bombeamento, etc., mas não há transparência em relação a esses números. Então a idéia é que possa se dar absoluta transparência a esses custos.

Outra etapa é elaboração de proposta de rateio dos custos de operação ... dos beneficiários, na hipótese ... Aqui é uma coisa mais interna do Governo do Estado, na medida em que a energia não gere, como aqueles custos vão ser rateados entre os outros órgãos do Estado. No caso da captação de água no Taquacetuba, o DNAE condicionou a um acordo de Sabesp/Eletropaulo no pagamento da Sabesp à Eletropaulo, ...

Por último, tomada de decisão sobre a proposta de rateio ... Toma decisão lá, depois operacionaliza isso.

Ainda dentro da ... operacional, elaboração de proposta de modelo de gestão colegiado dos órgãos executivos e implementação da gestão ..., a partir de dezembro de 96. Articulação institucional, gestão junto à sociedade, prefeituras, legislativo e Ministério Público. Início em março de 96, atividade contínua. Então a idéia é que essas propostas aqui que foram feitas estejam sendo discutidas nos vários fóruns. Os vários fóruns seriam os comitês de bacia hidrográfica que tem relação com essa questão, recursos hídricos, Consema, Ministério Público, Legislativo e prefeituras municipais envolvidas. Nesse sentido já fizemos uma primeira apresentação no Conselho de Recursos Hídricos, na segunda-feira deve ser feita uma apresentação no Consema, foi feita esta semana uma apresentação no Ministério Público, já entramos em contato com os consórcios dos municípios do ABC, nos colocamos também à disposição do Fórum da Cidadania do ABC para discutir esse projeto. Esse processo de discussão está se iniciando agora, não tem prazo para terminar, vai ter que ser

discutido nos diversos fóruns que têm interesse sobre a questão. Basicamente é essa a apresentação que eu queria fazer. Fico à disposição.

PRESIDENTE - Queria em primeiro lugar agradecer a presença do Secretário, que tem dado prestígio para o Comitê, ele está com mais presença na lista do que muitos segmentos que tinham obrigação de estar aqui.

Outra coisa, informar que o Ivan, o nosso Superintendente do DAEE também, está aqui de plantão, pagando os pecados. Obrigado, Ivan, por estar aqui.

Vamos ouvir as perguntas para o Secretário.

EVERALDO - Eu trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no Departamento de Saúde do trabalhador e meio-ambiente. Lá a gente vem desenvolvendo e acompanhando algumas informações sobre a Billings, que é preocupação também do Movimento Sindical. Eu queria fazer duas perguntas. A primeira, com respeito a soluções não estruturais. Gostaria de ter um maior detalhamento sobre essas soluções. E a segunda, observando as transparências, acho que é bem técnico, por que uma estação de tratamento de esgoto em São Miguel, que vai tratar 1,5 metros cúbicos por segundo, custa 128 milhões, e uma em São Bernardo, no ABC, que vai tratar 3,5 metros cúbicos, custa 40, quer dizer, nove vezes mais. É uma curiosidade.

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Começando pelo fim, acho que essa estação do ABC é um exemplo de como se administra mal o dinheiro público. Essa estação do ABC começou a ser construída em 1978. Esses 40 milhões é o que falta para terminar. E o Estado já investiu no ABC, entre a estação de tratamento, em algumas obras de emissários, investiu mais de 200 milhões de reais. De 1978 até hoje, esta foi a primeira vez que se chegou a um acordo do Município no sentido de que o esgoto seria tratado de fato. A estação foi construída sem a garantia de que o esgoto seria tratado de fato. O Município de Santo André decidiu que ele vai tratar o seu próprio esgoto, e permanece nessa posição. O Município de São Bernardo havia decidido também construir as suas próprias estações de tratamento de esgoto, e reverteu. De 1978 até hoje atravessou vários Governos, e é a primeira vez que se acerta com os municípios que eles vão entregar o seu esgoto. Aconteceu uma coisa semelhante na estação de Suzano. A estação de Suzano foi dimensionada para tratar o esgoto de Suzano, e ... Companhia de Papel e Celulose que era inclusive maior do que o esgoto da cidade de Suzano na época. Enquanto o Estado construiu a sua estação de tratamento, Suzano construiu a dela. Quando a Sabesp terminou a estação, Suzano já tinha a sua própria estação, e a estação está com mais da metade da capacidade ociosa.

Com relação à outra questão, medidas não estruturais, por exemplo, uma medida que é fundamental para a qualidade da água, a gente não tem muito essa consciência no Brasil, é a questão do controle de erosão. Controle de erosão é importantíssimo para o controle da qualidade da água, e nós não temos a consciência da poluição difusa, do que significa a poluição difusa em termos de qualidade da água. Hoje na Europa existe uma empresa européia que criou áreas sensíveis, e os países são obrigados, nessas áreas sensíveis, a resolver o problema da poluição pluvial. A França, por exemplo, vai ter que gastar 60 milhões de dólares só para se adaptar à norma européia nas áreas sensíveis. Para discutir essa questão de poluição, controle de erosão, macrodrenagem, é essencial discutir a questão de uso de ocupação do solo. Então controle de inundação, erosão e qualidade da água, são assuntos absolutamente interligados. A questão ambiental, a questão da coleta de

lixo, ... de resíduo do solo, tem um monte de coisas que estão interligadas. E o tratamento que o Estado sempre deu para isso foi fazer obra, fazer obra.

VIRGÍLIO - Fiquei curioso em saber por que Santo André não entrou com os outros municípios do Grande ABC para ter esgoto, estação de tratamento.

Na última reunião do Comitê eu perguntei sobre o projeto de privatização do sistema energético de São Paulo, que isso tinha a ver com ..., sobretudo com a Billings, que o Secretário disse não saber desse projeto, e que de repente já foi aprovado na Assembléia Legislativa esse projeto que autoriza o Governo do Estado a vender o sistema energético de São Paulo. E a gente está sabendo que o sistema foi visitado por americanos para comprar, com a promessa do Governo de que a Henry Borden vai operar 100% de sua capacidade em geração de energia. O que significa dizer pelos cálculos que temos do próprio Estado, que os recursos naturais da Billings não são suficientes para fazer com que a Henry Borden tenha a sua ...., o que significa dizer que será desviado ... para a Billings. Isso culmina com uma proposta do Secretário, saiu na imprensa, não sei se é verdade, de dar uma agitada na água do Rio Pinheiros para mandar isso para a Represa Billings.

PRESIDENTE - Eu até complementaria a pergunta do Dr. Virgílio com a seguinte questão: nós temos visto também o DNAE, acho que o senhor esteve lá agora, o DNAE também fazendo essa chantagem, pela Gazeta Mercantil, dizendo que vai faltar energia, que não podemos deixar uma represa como a Henry Borden deixar de operar, com uma chantagem aberta e franca ... Federal também com relação à Billings.

MÁRCIO (Assessor do Deputado Djalma Bom.) - Completando, quando o Sr. Secretário coloca uma prioridade ... Elaboração de proposta de rateio dos custos de operação do sistema entre os beneficiários, na hipótese do turbinamento da Usina Henry Borden, abaixo do ... Em cima da pergunta dele, mais esse ponto de prioridade, se quem vai pagar o custo do prejuízo que a Henry Borden está tendo, que a gente sabe qual é, de milhões, vai passar para a Sabesp ou para a conta de água? Como é que se dá uma prioridade em abastecimento de água com essas questões todas?

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Primeiro com relação à privatização do setor elétrico, quando eu digo que não sei, é claro que conheço o projeto de privatização do setor elétrico, isso é uma coisa pública, houve uma negociação, houve um debate público sobre essa questão. Estou dizendo o seguinte, eu não sou Secretário de Energia, então não é da minha competência falar sobre a privatização do setor elétrico. Eu estou informado. Privatização do setor elétrico não faz parte do projeto Billings. Eu estou apresentando o projeto Billings, que é um projeto conjunto das três Secretarias. Com relação à questão da privatização, eu não sou a pessoa adequada para falar sobre privatização. É claro que eu estou informado sobre ações do Estado, mas não sou Secretário de Segurança para fazer uma exposição sobre ..., assim como não sou Secretário de Energia para vir aqui para fazer uma exposição sobre a privatização do setor elétrico. Agora, acho que temos que desmistificar essa questão. Vamos imaginar, uma hipótese, que realmente a política do Estado é privatizar o setor elétrico. A quem pertence o setor elétrico? Quem é o dono do setor elétrico no Estado de São Paulo? Quem é o dono da Eletropaulo, quem é o dono da CESP, quem é o dono da Congás? Quem é o dono? O setor elétrico pertence a uma sociedade, são empresas estatais, a maior parte das ações está nas mãos do Governo do Estado de São Paulo, então essas empresas são empresas públicas, o patrimônio dessas empresas pertence à sociedade. É função do Governo zelar pelo

patrimônio da sociedade. Então se a Henry Borden é um patrimônio da sociedade, ela faz parte do patrimônio dessas empresas, se ela tem algum valor, a função do Estado é valorizar isso. Acho que vocês poderiam acusar o Estado do contrário. Se o Estado vendesse a Eletropaulo e a Henry Borden fosse vendida a preço zero, porque não vale nada, porque não pode gerar energia, aí sim eu acho que vocês teriam toda condição de cobrar do Governo do Estado, porque o Governo do Estado está se desfazendo de um patrimônio a preço vil. Agora, se for possível compatibilizar a geração de energia com a manutenção da qualidade da água na Represa Billings, manter a qualidade da água suficientemente boa para o abastecimento público, e ainda assim for possível gerar energia elétrica, estamos atingindo aquilo ... Qual é o interesse público? É ter a Represa Billings com água de boa qualidade, que permita o abastecimento público, e ao mesmo tempo valorizar ..., que é a Henry Borden. Vamos imaginar que a Henry Borden não possa gerar energia elétrica suficiente. Hoje a Represa Billings recebe a água da bacia, alguma coisa em torno de 16 metros cúbicos por segundo, desses 16 metros cúbicos por segundo estamos três metros cúbicos e meio para o braço do Rio Grande, vamos tirar mais um metro e meio .. braço do Rio Grande, vamos tirar mais dois do Taquacetuba, são 6.8, que sobra 9.2, e mais aquilo que é bombeado esporadicamente ao longo ... A Eletropaulo está gerando para que? Atualmente a Eletropaulo está funcionando duas horas por dia no horário de pico, a Eletropaulo entra com uma usina de ponta na hora do pico para atender ..
Só que o Rio Pinheiros, independente de geração de energia, vamos esquecer a geração de energia elétrica, acontece que temos que desassorear o Rio Pinheiros, temos que operar a Usina Elevatória de Traição e de Pedreira. Isso atualmente é custeado pela Eletropaulo, porque a Eletropaulo gera energia à Henry Borden, e com isso para ...
Agora, se a geração de energia e Henry Borden não pudesse ser paga pela energia gerada, quem vai pagar esse custo? Se a Henry Borden está sendo usada para abastecimento de água, está sendo usada para controle de inundações, é justo que o custo da operação seja rateado entre o DAEE e a Sabesp ... Agora, isso tudo, Sabesp, Eletropaulo, DAEE, são empresas públicas, é dinheiro público. Se a Sabesp paga uma coisa e a Eletropaulo paga uma coisa, é dinheiro público. Quem paga a tarifa é o público. O que temos que fazer é reduzir o custo total dessa coisa, temos que ter uma economia global. Não importa se é economia da Sabesp, da Eletropaulo, de quem quer que seja. Fora isso a Eletropaulo é uma empresa; se ela é uma empresa, ela vive da sua receita. É justo que a tarifa de energia elétrica, que o sujeito que mora, sei lá, em Presidente Prudente, pague o bombeamento de Pedreira e Traição, o desassoreamento do Rio Pinheiros? Não sei. Temos que desmistificar essas questões. A questão que está muito clara é o seguinte, a prioridade da Represa Billings, e isso é uma .. de Governo, está na nossa Constituição, está na Lei Estadual de Recursos Hídricos, quer dizer, a prioridade da Represa Billings é o abastecimento da população. Isso não está em discussão. Se vamos fazer já a captação de água no Taquacetuba, é o indicador de que o Estado está querendo que a água seja de boa qualidade.

Alguém fala - E Santo André?

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Santo André é dificil explicar porque é uma decisão do Município de Santo André. Santo André não quis assinar o acordo ... Eu imagino que Santo André não assinou porque considera que é mais barato construir as suas próprias estações ... tratar os seus esgotos. A experiência que eu tenho, pelo que aconteceu com diversos municípios que ... as suas estações de tratamento é que o preço, vários municípios, Ribeirão Preto, Ourinhos, Itu, vários casos de municípios que licitaram estações de tratamento com o setor privado, e nós temos os preços que estão sendo pagos nesses vários casos. Eu não acredito que Santo André consiga fazer mais barato, até porque é uma estação que já está pronta.

Com relação à questão da agitação, foram selecionadas algumas tecnologias para se tentar tratar a água do Rio Pinheiros. É importante que se diga, nenhuma dessas tecnologias, nenhumam delas tem tratamento que resolva ... Esses sistemas de tratamento que nós vamos testar, em geral remove apenas a carga orgânica. Eventualmente metais pesados não são removidos por esse processo. Metal pesado tem que ser removido ... Então no caso de metal pesado temos que identificar quais são as fontes de produção de metal pesado, provavelmente é alguma indústria, verificar qual é a indústria que está produzindo metal pesado, ir lá e fazer com que essa indústria faça o seu sistema de tratamento. Tirar metal pesado é um processo caríssimo. A idéia é que esse tratamento de água no Rio Pinheiros funcione complementarmente a dois tipos de ação. Primeiro uma ação de tirar os esgotos do rio, e segundo, ação junto às indústrias. Então são três assuntos que vão se somar. ... Temos que somar isso, ação da CETESB junto às indústrias para ir pegar os metais pesados e outros poluentes, que essa ação de tratamento da água do rio é uma ação complementar. É uma ação complementar que junto com essas outras duas, deve dar um resultado razoável.

Representante de Santo André - Santo André ainda não se dispôs assinar, ainda está em estudo. A respeito da estação de tratamento de esgoto, nós temos sim é um projeto de uma estação de recuperação de água para uso industrial. Vamos fazer adaptação de dois córregos, cujo efluente ... doméstico.

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Existe alguma norma, não sei se é norma do DNAE, ou do Ministério, que diz que quando você captar mais de 30% do efluente natural de um sistema criado para gerar energia elétrica, reservatório que foi construído para geração de energia elétrica, se você captar mais de 30% do abastecimento público, ... tem que indenizar o órgão que construiu aquele reservatório.

CARLOS BOCUHI (CONSEMA) - Secretário, eu tenho algumas dúvidas quanto às suas colocações, o senhor disse que a Eletropaulo não imprime dinheiro, também a natureza não se reproduz; o reservatório Billings, eu acho que no estado em que se encontra hoje, qualquer ameaça de bombeamento que leve ..., digamos, um tratamento paliativo, como injeção de oxigênio, que não resolve metais pesados, isso pode levar realmente a uma situação de ... Por outro lado gostaríamos de ouvir do próprio Secretário de Energia essa afirmação com relação à privatização. É inegável que o Estado hoje caminha para a privatização do setor energético. Mais curioso são as declarações da imprensa sobre o bombeamento para a Billings, como uma coisa líquida e certa, através da oxigenação do canal Pinheiros. Temos aquela reportagem do Diário do Grande ABC, do Estado de São Paulo, o senhor coloca que essa experiência ... é pioneira no mundo. No meu ponto de vista, Secretário, é pioneira porque tratar 50 metros cúbicos por segundo sem considerar metais pesados e sem considerar os outros produtos químicos, realmente é ineficaz. ...

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Normalmente o setor elétrico nesse processo é apresentado como vilão. O próprio conceito da Represa Billings de se bombear água do Tietê através do canal do Pinheiros, a Represa Billings gerar energia elétrica, a Henry Borden, 700 metros abaixo, é apresentado como se fosse uma ação de lesa pátria. Na realidade gostaria de lembrar o seguinte, naquela Região do ABC tínhamos dois grandes rios, o Rio Tamanduateí e o Rio Grande. O Rio Tamanduateí seguiu o seu curso natural, corre para o Rio Tietê, do Rio Tietê corre para o Paraná. O Rio Grande foi represado para geração de energia elétrica e formou a Billings. A Billings foi formada para geração de energia elétrica. Se o Rio Grande

não tivesse sido represado para formar a Billings para gerar energia elétrica, porque a partir do momento em que a represa foi criada, as pessoas perceberam o seu potencial do ponto de vista de lazer e para outras questões, a população passou a valorizar a Represa Billings. Se o setor elétrico não tivesse feito a represa, construído o Reservatório Billings para geração de energia elétrica, é possível que o Rio Grande hoje fosse tão poluído como o Tamanduateí. Eu acho que não podemos esquecer a história. Geração de energia elétrica não polui água. O setor elétrico é apresentado como vilão nessa história, e o vilão não é o setor elétrico. O processo que levou a poluição da bacia do Alto Tietê, a ocupação desordenada, o fato de termos esgoto não coletado, todos os problemas que temos não foram gerados pelo setor elétrico. É importante que se diga, o setor elétrico não é vilão nessa história.

PRESIDENTE - Foi com a conivência, Secretário.

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Acho que ninguém poderia imaginar no início do século que teríamos uma região metropolitana como temos hoje. Outra colocação, este ano a Eletropaulo recebeu uma solicitação da Eletrobrás para voltar a gerar energia na Henry Borden, o ano passado, e foi negado pelo Governo do Estado. Este ano foi novamente solicitado, e foi ou será negado. Por agora a ameaça de colapso está afastada. Nós temos essa informação do Ministério de Minas e Energia. Não corremos o risco do colapso da energia elétrica. Felizmente não temos nenhum problema imediato, mas poderemos ter problema sério no futuro próximo. Não sei quanto próximo está. Não há hipótese nenhuma de nós bombearmos água poluída para o Reservatório Billings.

Com relação ao teste, o que se pretende nesse teste, por que ele é pioneiro? Porque esse tratamento que se pretende fazer por oxigenação, na realidade é um processo semelhante que se faz para tratamento de água, tratamento de esgoto, e é um processo biológico. Sendo um processo biológico, depende da composição da água. Em segundo lugar depende de condições de iluminação, de ensolação, depende de condições de temperatura, depende de condições da velocidade com que essa água se movimenta, e depende da condição de quanto oxigênio vamos conseguir dissolver na água. Essas questões todas não se reproduzem em nenhum lugar do mundo. Seria impossível um teste de laboratório reproduzir todas essas condições. É um teste que tem que ser feito em escala um para um. O que vai ser bombeado? No caso de enchentes, bombeamos até 400 metros cúbicos por segundo. O que se pretende bombear agora é 20 metros cúbicos por segundo. É um vigésimo daquilo que se pretende bombear, e isso feito de forma monitorada, ou seja, monitorando a qualidade da água no canal e monitorando a qualidade da água na Billings. Se o teste indicar que há risco de se causar qualquer prejuízo na Represa Billings, imediatamente se interrompe o teste. Inclusive gostaríamos de convidar as entidades que tiverem interesse, ... e acompanhar o monitoramento. Não vamos fazer um teste que comprometa a qualidade da Billings.

CARLOS - Secretário, permita-me um aparte. Em questões polêmicas, existe o relatório de impacto ambiental, ...

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Nós entendemos que não é necessário relatório de impacto ambiental para fazer esse teste. Não é um teste que vai ser feito por alguém com desconhecimento da Secretaria do Meio-Ambiente. Os técnicos da CETESB estão participando.

MÁRCIO - Quando a gente levantou a questão da Secretaria de Energia, o senhor falou que não poderia responder por ela. Agora, quando convém, ...

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Não é quando convém, é que o teste faz parte do Projeto Billings. Vamos fazer uma coisa? Vamos encarar essa questão com seriedade, não vamos fazer joguinho de palavras porque fica difícil a gente se entender. O teste faz parte do Projeto Billings. A privatização do setor elétrico, por enquanto, não faz parte do Projeto Billings.

PRESIDENTE - Qualquer coisa, se achamos que precisa de relatório de impacto ambiental, entramos com uma ação, é normal.

DARCY - Acho de uma importância tremenda o que o Secretário apresentou, tendo em vista articulação dos envolvidos. Isso é muito importante, porque até agora esses órgãos não têm se articulado aqui no Estado de São Paulo, aliás eles têm trabalhado de uma forma completamente desarticulada. Acho muito importante o acompanhamento pelo Comitê desses trabalhos. O senhor apresentou um belo programa de trabalho, e agora acho que tem que monitorar. O Governo tem que se destacar dando uma importância muito grande a esse tipo de problema. Sabemos que com a ... de vir um governo aí que não dê importância a isso ... Temos que ter um Comitê reforçado para poder ter um sistema de cobrança em cima de projetos que estão em andamento. Foi feito o plano de HIBRACE há quanto tempo, há 30 anos? Depois foi feito o Plano Sanegran, foram empurrados com a barriga. Se os planos tivessem sido cumpridos, a Billings não estaria poluída. A sociedade civil tem que encontrar um instrumento de cobrança em cima disso. Agora, um projeto que foi feito na década de 20, tem que estar sendo constantemente revisto e implementado. O que estamos vendo? O projeto continua o mesmo da década de 20. Isso é um grande risco para a sociedade. Não é porque essa proposta do Secretário, dessa integração dos órgãos responsáveis, é muito importante ter continuidade. E nós precisamos estabelecer um instrumento para que tenha essa continuidade. Acho que aí entra o nosso papel no Comitê, cobrar um compromisso do Governo, porque se houver um compromisso de tratamento de esgoto, um compromisso de abastecimento de água, a Billings não vai gerar só a Henry Borden, vamos precisar ampliar muito a capacidade de geração, e é uma grande oportunidade que temos. Isso já foi mencionado no passado e está sendo jogado para a frente. O Planão foi um estudo feito com um horizonte do ano 2.020, e não se falou da oportunidade de acréscimo de geração nem nada. Então sentimos que oportunidade de abastecimento de água, de saneamento e de geração, na realidade estão sendo olhados a longo prazo. Acho que cabe a este Comitê participar desse processo.

PRESIDENTE - Só queria complementar. O Darcy, Instituto de Engenharia, falando isso. Parabéns! Eu até entraria na conversa do Darcy, Secretário, com uma sugestão do seguinte: temos que criar os sub-comitês, eu até proporia, para ajudar nessa proposta ..., que já tivéssemos o sub-comitê de bacia, que daríamos uma facilidade a esse projeto, ele não ficaria sendo gestado de novo dentro do Estado como foi o Comitê da Guarapiranga, que foi um desastre a atuação. Não ficaria com as referência que fizemos, aprovamos já no Consema várias recomendações para a Billings, e nenhuma até hoje foi implementada, ... Acho que seria interessante já pensar na proposta de um comitê de bacia aqui dentro disso, que daria um ganho para esse projeto como nunca. Nós já estaríamos despachando o primeiro sub-comitê.

HUGO V. S. MARQUES ROSA - A gente não consegue explicar direito qual é a intenção que temos com relação a essa história do Rio Pinheiros. Vou dar alguns exemplos, talvez fique mais claro. Como é que funciona a coisa em termos de tratamento, de coleta de esgoto em Tóquio? Eles têm na cidade de Tóquio 12 sub-

bacias em termos de coleta de esgoto. É um serviço municipal, existe um departamento de água, que produz e distribui água, e a questão da coleta de tratamento de esgoto é do departamento de meio-ambiente da prefeitura de Tóquio. O esgoto é o departamento de meio-ambiente quem cuida, é separado. Então são 12 sub-bacias, cada sub-bacia tem o seu sistema de coleta de esgoto, esses esgotos coletados vão para a estação de tratamento de esgoto. Quanto às indústrias, cada indústria faz o seu pré-tratamento e joga o esgoto na rede de águas pluviais, porque em Tóquio o sistema é unitário. ... Nas estações de tratamento sofrem um processo de tratamento basicamente a ... ativados, eles removem 95% de DBO. Eu fui lá visitar uma dessas estações de tratamento, na saída, o efluente da estação de tratamento passa em ... Isso é o que acontece em Tóquio. O que acontece em Paris? Em Paris também é sistema unitário. Eles captam a água das chuvas junto com os esgotos, isso vai para as estações de tratamento, eles tratam e jogam no Sena. E no Sena tem peixes. A única coisa que acontece é o seguinte, quando chove muito e o volume de chuva ultrapassa a capacidade de tratamento das estações de tratamento, eles jogam a água direto no Sena, e acontece o seguinte, antigamente, quando o Sena era poluído, ninguém dava bola para isso, achavam que era só tratar os esgotos, estava tudo resolvido. ... cada vez que acontece uma chuva e eles são obrigados então a jogar o excedente de água da chuva, jogam no Rio Sena, ... Nós temos aqui uma situação que eu imaginei, extremamente privilegiada. Nós temos um rio, que é o Rio Pinheiros, imaginem que no futuro queremos chegar ao ponto que está hoje Tóquio e Paris, queremos resolver o problema da nossa poluição difusa. Lá em Paris a carga de matéria orgânica que uma chuva forte carrega para o rio, é equivalente a mais de um dia de esgoto inteiro. As chuvas, ao longo do ano, levam mais ou menos o equivalente a quatro meses de esgoto. Só que como elas acontecem pontualmente, aquela descarga de matéria orgânica ... de uma vez, elas provocam o efeito de choque no rio, e isso provoca uma mortalidade muito grande de peixes. Então se no futuro tivermos essa preocupação de tratar as águas pluviais, vamos ter que ter estações ... Aqui chove muito mais do que em Paris. Lá chove 600 mm por ano, aqui chove 1.200 mm por ano. E o tamanho da nossa bacia é muito maior do que lá. Acontece que nós temos um canal do Rio Pinheiros que tem características semelhantes à uma estação de tratamento de água, de tratamento de esgoto. E podemos utilizar o nosso canal do Rio Pinheiros como uma estação de tratamento. Podemos adicionar produtos químicos, ... Uma outra idéia é o seguinte, a Sabesp, estação do Alto da Boa Vista, ela produz um lodo que a Sabesp não tem o que fazer com aquele lodo, é um problema, a Sabesp tem que se desfazer desse lodo. Se jogar esse lodo no Rio Pinheiros, nós podemos utilizar esse lodo como matéria-prima para decantação da água do rio. Só que essas coisas não tem como fazer de forma teórica, temos que testar. Então a idéia é de que no futuro o canal do Rio Pinheiros seja uma grande estação de tratamento de água. Não tem como fazer sem testar. Nós temos várias tecnologias que estão sendo cogitadas, essa tecnologia de oxigenação é uma delas. ... Essas coisas tem que ser testadas. É isso que nós vamos fazer, fazer de forma monitorada, de maneira a não correr risco de causar dano na Represa Billings.

PRESIDENTE - Tudo o que ele está falando pode servir contra ele. (Risos.) O Comitê está aberto para isso. Aqui tem espaço para se discutir isso.

VLADIMIR - Eu represento um bairro que está inserido diretamente na região de mananciais, bairro Jardim Clube de Campo, que pertence ao Município de Santo André. Em função disso, a gente como munícipe, a gente fica até um pouco triste em relação à posição até da Prefeitura de Santo André quanto à estação de tratamento de esgoto. Eu queria questionar o seguinte: se esse estudo que está sendo feito tem um prazo, estamos em fim de mandato, em que órgão está sendo

tratado, em que instância isso está, até para podermos posicionar a população quanto a essas questões. A outra questão é a seguinte: temos ouvi falar muito aqui na questão da mortalidade de peixe como exemplo, mas estamos esquecendo de uma população que correta ou incorretamente está inserida lá, que se serve diretamente desse lençol freático. Então começarmos a pensar um pouco mais, além da questão da mortalidade de peixe, pensar um pouco nesse assunto, que diretamente afeta essa questão. No caso até da oxigenação da água, a partir do momento que se tenha uma poluição do manancial, essa poluição é irreversível. E essa população se serve diretamente desse lençol freático. Então essa questão tem que ser bem pensada.

VIRGÍLIO - Em primeiro lugar eu acho fundamental que o Comitê convoque aqui o Secretário de Energia. Estou pedindo enquanto membro do Comitê, que se convoque o Secretário de Energia. Outra coisa, quando começou o nosso Comitê, eu pedi que se tivesse acesso a todos os espaços, a Henry Borden, a Pedreira, aonde entendêssemos. Até hoje não foi dado resposta ... que tivéssemos acesso a um espaço, seja da Eletropaulo, de quem quer que seja, podermos ir. Então que a gente tenha acesso a hora em que a gente entender que é importante ter. E outra coisa, Secretário, eu nunca vi um ambientalista dizer em gerar energia fluvial. Ninguém nunca ouviu dizer isso. O que se faz é jogar esgoto na água para gerar energia. Outra coisa, a questão do “EIA-RIMA” para esse teste da agitação da água, por favor, o Comitê tem que exigir isso também.

MÁRCIO (Assessor Deputado Djalma Bom) - Amarrando a questão que o Virgílio coloca, que o Secretário afirma que o setor energético não prejudica a qualidade das águas, só para lembrar, a CESP sofreu uma das ações civis ..., por impacto ambiental, feita pelo Ministério Público. Só para alertar um pouco do passivo ambiental que o setor energético causa, quer dizer, ele não prejudica só a qualidade da água, o setor energético no Estado de São Paulo inunda hoje 5% do território, suas represas, inclusive a Billings. Por exemplo os impactos de Porto Primavera e de Ilha Solteira. Desmatamentos enormes, reduzindo o ... da cidade. Redução de mata ciliar. A redução de mata ciliar, se o senhor não sabe, ela abastece de alimento, de abrigo, a ... fauna. Essa perde a sua fonte de alimento. Você tem uma alteração minerológica, você tem processos erosivos de assoreamento em torno das barragens. É uma pena o senhor não saber disso. Há uma redução qualitativa do pescado. É só o senhor ir na barranca do Paranapanema e conversar com qualquer colônia de pescador que eles vão informar que não se pesca mais um pintado, não se pesca mais um pacu, porque o setor energético conseguiu prejudicar qualitativamente a vida da água, sem contar com as populações atingidas. Milhões de pessoas perderam as suas áreas de produção.

PRESIDENTE - Vamos terminar, porque o seguinte ...

MÁRCIO - Mas eu não terminei!

PRESIDENTE - Então termina. Você está muito nervoso. É tão grave o que você falou, eu concordo, só que ... (Falam ao mesmo tempo Presidente e Márcio.) Eu fico imaginando o seguinte, quando se falam essas chantagens aí, por exemplo, se terminasse essas hidrelétricas, que já devastaram, e o setor elétrico não fez nada, está devendo tudo na questão ambiental, fizeram aquelas diretorias ... só para enganar, para inglês ver, então esse pessoal, se cumprisse essas hidrelétricas, não faltaria energia elétrica. O que eu quero saber agora, para encerrar essa tortura, seria: vamos acabar com o negócio da Billings aqui já.

MÁRCIO - Eu ainda não perguntei ainda.

PRESIDENTE - Pergunte. Tem dois segundos para perguntar.

MÁRCIO - Eu só expus o passivo ambiental que o setor energético ... Aí a gente volta aqui, quando o senhor fala em “lesa a pátria”, e aqui o senhor coloca elaboração, quer dizer, o rateio do prejuízo da Henry Borden ser pago pelo contribuinte. Não é um lesa pátria, é uma prática desse Governo. Eu vou dar uma sugestão, por exemplo, a recuperação da Serra do Mar, o passivo do Parque do ..., de Cubatão, também foi pago pelos contribuintes. Foi o Governo do Estado que foi lá recuperar, e não as indústrias. Já que vocês estão vendendo - tem um representante da Eletropaulo aí - o setor energético, não precisa ser para o senhor a pergunta, fica para o representante do setor energético: já que vocês estão vendendo o setor energético, uma sugestão é que o passivo ambiental instalado na Billings pela geração de energia, ser pago pelo setor energético ... os concessionários e seus lucros. É uma outra proposta.

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Eu participei muito no meu tempo de estudante universitário, de assembléias estudantis, participei inclusive do Congresso .. de Ibiúna, onde o Congresso foi salvo pela polícia, porque depois de três dias que estávamos instalados em Ibiúna, todo mundo passando fome, frio, dormir no barro, não tínhamos conseguido ainda saber quem estava credenciado para votar, não tínhamos conseguido saber se era uma ... discussão. Temos que ter um objetivo de avançar com as coisas. O que eu disse aqui é que o setor elétrico, o fato de gerar energia elétrica, a água passar por uma turbina e gerar energia elétrica, não causa prejuízo da qualidade da água. Não me referi à construção de reservatório. Se falarmos em construção de reservatório, ele está defendendo tão fortemente a Represa Billings, que eu fico na dúvida. ... Podia fazer uma coisa, destruir a barragem, deixar o Rio Grande recuperar o seu curso, acabar com a represa. Destrói os peixes, que eu saiba a Represa Billings é muito piscosa. Pelo que eu sei tem 500 famílias que vivem da pesca da Represa Billings. E provavelmente se não houvesse a Represa Billings, tivesse o Rio Grande, o Rio Grande sozinho não abasteceria 500 famílias. O sistema Cantareira, que abastece 60% da Região Metropolitana de São Paulo, tem barragens que provavelmente causaram enormes danos ambientais quando foram construídas. Existe um conflito entre o homem e a natureza. Na hora que se instala aqui na Região Metropolitana de São Paulo 16 milhões pessoas, essas pessoas precisam beber água. Para essas pessoas beberem água, precisa ter reservatórios. Essas pessoas consomem energia elétrica, essas pessoas produzem poluição. O que temos que resolver hoje é o seguinte, a nossa função é como vamos suprir, abastecer de água esses 16 milhões de pessoas, como vamos fazer com que essas pessoas tenham saúde. Aliás, uma coisa interessante, a pessoa fazer uma pergunta e se retirar antes de ouvir a resposta. Eu acho incrível a pessoa fazer uma pergunta e se retirar antes de ouvir a resposta. É próprio de quem não gosta do diálogo. Voltando, rios poluídos, 5 milhões de pessoas com ... com rodízio, uma série de problemas, e nós vamos tentar resolver. Em recursos hídricos e saneamento, no nosso ponto de vista é resolver primeiro o saneamento da Região Metropolitana de São Paulo, ... de água, coleta e tratamento de esgoto. Essa é a nossa função, como saneamento. Em recursos hídricos a nossa função é a utilização dos recursos hídricos, irmos buscar o uso múltiplo da água, e na medida em que haja conflitos, procurar, através de uma discussão com a sociedade, ... os conflitos. Se não for possível, trazer primeiro para o Comitê de Bacia ... A função da nossa Secretaria é essa. Aqui no caso da Billings ... Felizmente o nosso Comitê tem representantes de todos os órgãos do Estado. Um dos membros do nosso Comitê é representante da Secretaria .... Convidar o Secretário de Energia, eu acho que quem pode dar as informações em primeira instância é o representante. Se os esclarecimentos do

representante da Secretaria de Energia não forem suficientes, a gente pode trazer outra pessoa para complementar.

A outra questão que foi colocada aqui de se ter acesso aos reservatórios, à Pedreiras, etc., na medida em que qualquer membro do Comitê de Bacia do Alto Tietê queira visitar qualquer instalação do Estado, porque as instalações do Estado são públicas, só que existem questões de segurança envolvidas. Então qualquer membro do Comitê de Bacia do Alto Tietê tem garantido o seu acesso a qualquer instalação do Estado.

JULITA (Representante Secretaria de Energia) - Eu queria agradecer a grande defesa e colocar no Comitê de Bacia uma preocupação que estamos tendo em todos os comitês de bacia. Está-se discutindo aqui a questão do desenvolvimento sustentável como um todo. A Secretaria de Energia está ... ações nessa direção. A nossa primeira ação foi dirigida para o Comitê de Bacia do Vale do Ribeira. Por quê? Porque era uma das regiões mais críticas do Estado. Fizemos um trabalho de planejamento integrado, que está sendo terminado agora, para ver quais são os caminhos melhores de desenvolvimento, que tipo de geração de energia pode-se usar ... Eu não sou a melhor das oradoras, isso está bastante evidente, mas quero dizer que essa é a nossa filosofia de trabalho agora, tentar junto à sociedade, e nos comitês de bacia discutir condições de sustentabilidade, que para desenvolvimento energia é fundamental. Por isso estamos trabalhando junto no Projeto Billings, participando dos debates. ... a privatização do setor elétrico eu vou levar o convite ao Secretário David Zilberstein, que tem ido a vários fóruns e levado a sua posição.

PRESIDENTE - Obrigado. Gostaria de entregar ao Secretário, nós acabamos de fazer Audiência Pública, um mês depois já o relatório daquela Audiência Pública, para que a gente possa trabalhar, para que a gente possa avançar na nossa discussão, Dr. Hugo (Ivan), gostaria de fazer esta entrega formal a V.Exa., pela contribuição infindável que tem dado. Queria reforçar ao Secretário para pensarmos já no sub-comitê de bacia, onde estaremos discutindo isso, e enquanto isso, o Carlos, que é o representante do CONSEMA, já colocar isso no CONSEMA, com os nossos companheiros, já para tentar ver como encaminhar essa questão do projeto do Pinheiros. Agradecer aqueles que tiveram a perseverança de permanecer aqui até o fim. Queria pedir ao Secretário que assinasse a ata das duas reuniões, e dizer que teremos outra reunião muito breve, com uma pauta vibrante.

HUGO V. S. MARQUES ROSA - Gostaria de agradecer a presença de todos e a paciência também que tiveram. Essa questão Billings, eu sei que é uma questão que desperta emoções fortes. Acho que as organizações não governamentais, a sociedade civil, os ambientalistas, têm um papel fantástico na defesa do meio-ambiente. É importantíssimo esse papel. Não nos furtamos a discutir em nenhum fórum aquilo que estamos fazendo. Agora, a única questão é o seguinte, temos que ter um processo de buscar solução. Não adianta ficarmos com processo de discussões intermináveis, transformando as questões em posições pessoais, ou posições religiosas. Nós temos obrigação, nós somos Governo, daqui a pouco muda-se tudo, mas o Governo tem a obrigação de buscar soluções. Pode até não encontrar solução, mas tem obrigação de buscar. Vamos discutir à exaustão todas essas questões, não nos furtamos a discutir em nenhum local, já me coloquei à disposição tanto do Fórum da cidadania quanto do Consórcio Municipal do ABC para discutir a questão da Billings lá no ABC. Segunda-feira vamos estar repetindo esta apresentação no CONSEMA. Em todos os fóruns onde esse assunto puder ser discutido, dever ser discutido, vai ser discutido. Vamos discutir e queremos que a sociedade civil participe efetivamente, que fiscalize a ação do Estado. Não podemos

criar um imobilismo, não podemos chegar num ponto e: está bom, agora a coisa não avança mais. Vamos buscar soluções.

Eu fico apavorado, este mundo formal em que vivemos, quando sobrevoamos São Paulo, eu passei ontem o dia inteiro andando em Francisco Morato, Santana do Parnaíba, fiquei assustado com o que está acontecendo lá em termos de meio-ambiente. Lugar de mata nativa sendo destruído, desmatamento, morros com inclinação terrível, pessoas cavando buracos no morro, construindo casas, na primeira chuva aquilo despenca. E são milhares de pessoas, é uma coisa realmente impressionante a destruição que está acontecendo nessas regiões. Ficamos discutindo esses preciosismos, danos terríveis, sem que nem o Estado, nem órgão nenhum esteja atentado para isso. A dimensão dos problemas que temos é realmente muito grande. Sobrevoar essa região de Francisco Morato, é realmente assustador.

PRESIDENTE - Tem um representante do Comitê lá na região ... Obrigado Secretário, obrigado a todos os presentes e até a próxima.